

Ana Paula Lückman

**CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO COMPLEXO
PARA O CAMPO EPISTÊMICO DO JORNALISMO**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-graduação em Jornalismo da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Mestre em
Jornalismo

Orientadora: Prof^ª Dra. Gislene Silva

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lückman, Ana Paula

Contribuições do pensamento complexo para o campo
epistêmico do jornalismo / Ana Paula Lückman ; orientadora,
Gislene Silva - Florianópolis, SC, 2013.
96 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo.

Inclui referências

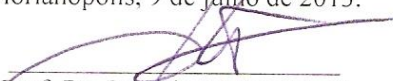
1. Jornalismo. 2. Complexidade. 3. Conhecimento. 4.
Epistemologia. I. Silva, Gislene. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.
III. Título.

Ana Paula Lückman

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO COMPLEXO PARA O CAMPO EPISTÊMICO DO JORNALISMO


Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Jornalismo” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo.

Florianópolis, 9 de julho de 2013.

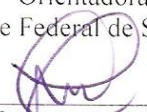


Prof. Dr. Rogério Christofoletti
Coordenador do Curso

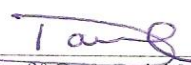
Banca Examinadora:



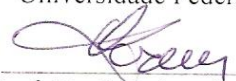
Prof.ª Dr.ª Gislene Silva
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Jacques Mick
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Dr.ª Daísi Vogel
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Francisco José de Castilhos Karam
Universidade Federal de Santa Catarina

*Em memória de meu pai, Egídio, homem
que ainda é meu grande exemplo e
inspiração.*

AGRADECIMENTOS

À cara professora Gislene Silva, pela orientação rigorosa, paciente e confiante ao longo desses vários meses de pesquisa. Ter sido sua aluna e orientanda representou, para mim, um imenso aprendizado e grande amadurecimento como pesquisadora e como jornalista.

Ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (Posjor/UFSC), por ter me proporcionado mais esta oportunidade de frequentar um curso de excelência em uma instituição pública e gratuita.

Aos professores do Posjor, pelos momentos de reflexão, aprendizado e ricas trocas vivenciadas durante as disciplinas das quais participei. Um agradecimento especial aos professores Daisy Vogel e Francisco Karam, pelas ponderações e críticas que, no exame de qualificação, resultaram na definição de um caminho mais promissor para minha pesquisa.

Aos colegas da turma 2010.2 do Posjor, pela amizade e parceria, dentro e fora do âmbito da universidade.

Aos gestores do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), pela concessão da licença que possibilitou minha dedicação exclusiva à pesquisa durante o segundo semestre de 2012. Especificamente aos estimados colegas da Diretoria de Comunicação, agradeço a compreensão e apoio durante os meses em que estive ausente da rotina de trabalho para me dedicar à pesquisa que resultou nesta dissertação.

Por fim, agradeço à minha família, em especial à minha mãe, Conceição, por compreender generosamente as minhas muitas ausências em função deste trabalho. E pelo apoio incondicional com o qual sei que sempre posso contar.

RESUMO

O trabalho estabelece conexões entre a epistemologia da complexidade e o jornalismo, entendido aqui como forma social de conhecimento que, enquanto campo de estudo e prática social, estruturou-se sob as diretrizes do paradigma positivista-cartesiano. A noção de pensamento complexo, desenvolvida na obra de Edgar Morin, aponta a necessidade de superação do pensamento simplificador para a construção dos conhecimentos no mundo atual. Tal superação implicaria a religação dos saberes e o reconhecimento da interdependência existente entre os fenômenos. Essa perspectiva teórica é congruente com a proposta de Adelmo Genro Filho, para quem as categorias singular, particular e universal coexistem nos fatos jornalísticos, em relação dialética. A aproximação dos pensamentos dos dois autores busca indicar caminhos para compreender o fenômeno jornalístico na perspectiva da complexidade.

Palavras-chave: Jornalismo. Complexidade. Conhecimento. Epistemologia.

ABSTRACT

This research establishes connections between epistemology of complexity and journalism, here taken as a social kind of knowledge which has been structured guided by positivist-cartesian paradigm. The notion of complex thinking, developed at Edgar Morin's work, indicates the necessity of overcoming the simplifier thinking to build knowledge in the current world. That overcoming would involve the reconnection of different kinds of knowledge and the assumption of the existing interdependence between phenomenon. Such theoretical perspective is congruent with Adelmo Genro Filho's proposal, which sustains that categories singular, particular and universal coexist dialectically in journalistic facts. The approach of both author's thoughts intends to indicate possibilities to understanding the journalistic phenomenon under the perspective of complexity.

Keywords: Journalism. Complexity. Knowledge. Epistemology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DA BUSCA PELAS CERTEZAS AO RECONHECIMENTO DAS INCERTEZAS	25
1.1 A estruturação das ciências a partir das disjunções do paradigma cartesiano	27
1.2 A religação dos saberes na perspectiva do pensamento complexo	39
2 O JORNALISMO COMO FORMA SOCIAL DE CONHECIMENTO	49
2.1 Comunicação e jornalismo em busca de legitimidade epistemológica	50
2.2 A proposta de Adelmo Genro Filho para uma teoria do Jornalismo	61
3 APROXIMAÇÕES ENTRE AS IDEIAS DE EDGAR MORIN E ADELMO GENRO FILHO	69
3.1 O engajamento político e as ideias marxistas	70
3.2 Singularidade, sociologia do presente e jornalismo	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

A insuficiência dos preceitos do paradigma cartesiano para apreender e explicar o mundo tem sido reiteradamente apontada por diferentes autores nas últimas décadas. Pressupostos como a separação entre sujeito e objeto, homem e natureza, *ego cogitans* (mente) e *res extensa* (matéria), bem como a decorrente compartimentação do conhecimento em diferentes disciplinas que recebem o status de científicas, em detrimento de saberes tidos como não científicos, parecem não dar conta de explicar, nos primeiros anos do século XXI, todos os aspectos do mundo natural e social. Para esses autores, o paradigma alicerçado nas ideias do francês René Descartes em seu “Discurso do método”¹ está indiscutivelmente em crise.

Mas quais são os sinais dessa crise? Para Edgar Morin (2008, p. 13-14), que direciona seu trabalho para a construção de uma *epistemologia da complexidade*, embora a ciência tenha possibilitado a aquisição de conhecimentos “espantosos” sobre o mundo físico, biológico, psicológico e sociológico, “por toda a parte, o erro, a ignorância, a cegueira progridem ao mesmo tempo que os nossos conhecimentos”. Morin afirma que as ameaças enfrentadas atualmente pela humanidade, como os problemas ambientais de toda ordem, o desenvolvimento de armas nucleares e a manipulação genética das espécies, entre tantos outros, são resultado “de um modo mutilador de organização do conhecimento, incapaz de reconhecer e apreender a complexidade do real” (MORIN, 2008, p. 14). O autor sustenta que o pensamento cartesiano permitiu, de fato, grandes realizações por parte da ciência, mas no final do século XX aspectos negativos dessas mesmas realizações começaram a se evidenciar. A proposta do pensamento complexo segue a direção de uma *epistemologia aberta*, na qual ocorre a rearticulação entre conhecimentos de disciplinas diferentes, somada ao

¹Publicado originalmente em 1637, o “Discurso do método” de René Descartes (1596-1650) é considerado a obra inaugural da filosofia moderna. Na apresentação de edição brasileira de 2008, Denis Lerrer Rosenfield ressalta que a publicação do livro em francês, idioma tido como vulgar numa época em que todas as obras filosóficas eram escritas em latim, evidenciava a intenção de Descartes de alcançar um público mais amplo com suas ideias, e não apenas intelectuais e leitores iniciados (DESCARTES, 2008).

reingresso de saberes banidos a partir dos séculos XVIII e XIX, que se mantiveram marginais ao longo do século XX. O *pensamento complexo*, que desmistifica a ciência e resgata a importância de que os diferentes saberes voltem a se comunicar, não é, segundo o autor, uma resposta definitiva para os problemas do mundo, mas um desafio a ser enfrentado para a compreensão desses problemas (MORIN, 2008).

Perspectiva semelhante é adotada por Boaventura de Sousa Santos (1989; 2010). Para o autor, a ruptura epistemológica, nos termos descritos por Bachelard (1978; 1996; 2013), foi essencial para que a ciência moderna pudesse se desenvolver em termos metodológicos. Se esse desenvolvimento só foi possível a partir da separação dos saberes em disciplinas e do rompimento com o senso comum, hoje é necessário que se promova sua religação – o que implicaria, na concepção de Santos, uma segunda ruptura epistemológica, ou uma ruptura com a ruptura epistemológica inicial. Nesse movimento, estariam incluídos os conhecimentos deixados de lado pela ciência formal, tais como o senso comum e os saberes tradicionais. Para Santos, foi o próprio avanço no conhecimento proporcionado pelo paradigma científico que permitiu que seus limites e insuficiências estruturais fossem detectados. “O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda” (SANTOS, 2010, p. 41).

A ideia de pensamento complexo, desenvolvida por Morin, surge como elemento central na discussão em torno da emergência de um novo paradigma – ou de uma nova visão de mundo, ou de novas maneiras de compreender o mundo e atuar nele. Nesse contexto, uma questão essencial é identificar qual o papel do jornalismo nesse mundo em transição. Embora este trabalho aborde discussões epistemológicas em torno da ciência moderna, é importante ressaltar que não se trata aqui de incluir no debate o jornalismo em sua forma segmentada, ou seja, como prática profissional voltada à divulgação científica. Estuda-se o jornalismo compreendido como sistema textual moderno e “prática de fazer sentido da modernidade” (HARTLEY, 1996, p. 33); como “discurso de atualidade plenamente legitimado na sociedade” (MEDINA, 2008, p. 17); ou ainda como discurso público por meio do qual o acontecer do mundo é significado (MARTÍN-BARBERO, 2004). Interessa aqui, fundamentalmente, o jornalismo enquanto campo de estudo e como forma de conhecimento social.

Na prática do jornalismo informativo, a regra geral dominante ainda é a da simplificação – de base cartesiana, portanto. Pregam os manuais que o bom texto jornalístico é aquele escrito de forma simples, direta e objetiva, com frases sucintas e informações organizadas em ordem

decrecente de importância. É obrigação do jornalista ouvir os dois lados do fato relatado quando há algum tipo de polêmica. Seis perguntas básicas devem estar respondidas para que a notícia seja publicada: o quê, quem, quando, como, onde, por quê. Simplificação, objetividade, imparcialidade, distância entre sujeito e objeto, o *lead* como metodologia: a cartilha do fazer jornalístico foi, sem dúvida, redigida sob as diretrizes do paradigma cartesiano – mais especificamente, a partir da lógica do positivismo de Auguste Comte, como indica Cremilda Medina (2008).

É evidente que esses princípios norteadores do fazer jornalístico se desenvolveram a partir de uma história e se adequaram a necessidades técnicas inerentes à produção dos veículos de imprensa. Não se pretende aqui criticar ou questionar a importância do texto claro, preciso e conciso na produção jornalística. Busca-se, contudo, lançar um olhar de estranhamento à forma simplificadora com que o jornalismo tende a interpretar um mundo cada vez mais repleto de complexidades e contradições, na medida em que essa simplificação pode resultar em abordagens acríticas, superficiais e descontextualizadas. Nesse sentido, faz-se necessário um percurso que aborde, ainda que brevemente, as matrizes do jornalismo a partir da modernidade.

Medina (2008) afirma que o desenvolvimento metodológico da comunicação e da ciência ocorreu de forma simultânea, ao longo do século XIX, sob a mesma gramática de base positivista. Na época em que Comte desenvolveu as ideias que fundamentaram essa filosofia, o jornalismo se estruturava como discurso de atualidade. Em meio à expansão urbana e industrial, a informação cada vez mais rápida, distribuída pelos meios de comunicação social, passou a ser legitimada pela sociedade.

As formas de captação do acontecimento noticioso, bem como as formas de edição da narrativa da contemporaneidade, vão sendo disciplinadas e o jornalismo ambiciona, já no fim do século XIX, um lugar no conjunto de áreas de conhecimento (MEDINA, 2008a, p. 24).

Essa herança ainda é perceptível no jornalismo atual, apesar de todas as mudanças ocorridas na área a partir do advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), sobretudo a internet – que, em última análise, transformou o cotidiano de todos os âmbitos da sociedade.

Independente do surgimento de novas mídias (como os blogs e portais de notícias nos quais os conteúdos textuais e audiovisuais se renovam continuamente), processos e relações de trabalho, e a despeito também das transformações sociais e culturais ocorridas no mundo já definido como pós-moderno², o jornalismo continua sendo jornalismo, pautado pelo princípio do interesse público e orientado pela gramática de base positivista a que se refere Medina. A autora analisa:

Sempre que o jornalista está diante do desafio de produzir notícia, reportagem e largas coberturas dos acontecimentos sociais, os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista. Das ordens imediatas nas editorias dos meios de comunicação social às disciplinas acadêmicas do Jornalismo, reproduzem-se em práticas profissionais os dogmas propostos por Auguste Comte: a aposta na objetividade da informação, seu realismo positivo, a afirmação de dados concretos de determinado fenômeno, a precisão da linguagem. Se visitarmos os manuais de imprensa, livros didáticos da ortodoxia comunicacional, lá estarão fixados os cânones dessa filosofia, posteriormente reafirmados pela sociologia funcionalista (MEDINA, 2008a, p. 25).

Toda essa problemática suscita questões a respeito da possível compatibilidade entre o jornalismo da informação objetiva e da linguagem

²A expressão pós-modernidade é, sem dúvida, controversa no ambiente acadêmico. Ao discorrer sobre sua proposta de uma ciência pós-moderna, por exemplo, Santos (1989) reconhece a polêmica suscitada pelo uso desse termo e suas derivações. A esse respeito, ele escreve: “A época em que vivemos pode ser considerada uma época de transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo paradigma, de cuja emergência vão se acumulando os sinais, e a que, *à falta de melhor designação*, chamo ciência pós-moderna” (SANTOS, 1989, p. 11, grifo nosso). Seu uso se mostra coerente no contexto aqui abordado, entretanto, se considerarmos a argumentação de Featherstone (1995, p. 18), para quem o termo atrai amplo interesse público não só na academia, mas também na arte, e possui uma grande “capacidade de dizer algo sobre algumas das mudanças culturais pelas quais estamos passando”. O autor observa que o termo foi aplicado a um amplo leque de campos artísticos, intelectuais e acadêmicos, o que acaba por avalizar, de alguma forma, a designação formulada por Santos. Se a modernidade foi a época da progressiva racionalização científica, faz sentido designar a época subsequente à modernidade como pós-modernidade.

precisa, descrito na “ortodoxia comunicacional” mencionada por Medina, e uma abordagem crítica e contextualizada dos fatos por esse mesmo jornalismo. Estimula, em outras palavras, uma reflexão sobre a possibilidade de o jornalismo ser tanto compreendido quanto praticado a partir da perspectiva do pensamento complexo. Toma-se, portanto, como **objeto de estudo** as possíveis relações do jornalismo, entendido por Genro Filho (1989) como forma social de conhecimento, com a perspectiva teórica do pensamento complexo, nos termos de Edgar Morin. A **pergunta norteadora** deste estudo é: que contribuições a concepção de pensamento complexo pode trazer aos Estudos de Jornalismo? Busca-se, como **objetivo**, identificar conexões entre os pensamentos de Morin e Genro Filho, com foco no estudo do fenômeno jornalístico.

A proposta de Adelmo Genro Filho de pensar teoricamente o Jornalismo é reconhecida como pioneira no Brasil, sobretudo em função de sua preocupação epistemológica. Na obra *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do Jornalismo*, seu principal trabalho, lançado no final da década de 1980, o autor afirma que as pesquisas teóricas na área pouco contribuíam, na época, para se pensar epistemologicamente o Jornalismo. Genro Filho observa que a maior parte dos esforços para teorizar sobre essa prática social restringem-se à descrição operacional das técnicas, à manualização de procedimentos ou ainda à abordagem crítica do jornalismo como instrumento de dominação (GENRO FILHO, 1989).

A aproximação entre as ideias de Genro Filho e Morin se mostra necessária, uma vez que a Teoria do Jornalismo, em busca de consolidação e consistência, precisa recorrer a outras disciplinas e teorias sociais para compreender as especificidades de seu campo epistêmico – caso dos estudos que partem da noção do jornalismo como construção social da realidade, ou dos que tratam o sistema textual jornalístico como gênero de discurso. Neste trabalho, propõe-se que observar o jornalismo na perspectiva do pensamento complexo pode colaborar para a área em todos os âmbitos – desde a compreensão teórica do fenômeno jornalístico até a própria prática profissional. Busca-se, desse modo, identificar contribuições do pensamento complexo para o campo do Jornalismo, balizando as ideias de Morin com a teoria proposta por Adelmo Genro Filho.

A observação de trabalhos acadêmicos publicados na última década indica que alguns pesquisadores têm ensaiado conexões entre o campo do Jornalismo e a complexidade, de forma abrangente, com foco no produto jornalístico e/ou nas práticas profissionais. Mar de Fontcuberta (2006)

vislumbra os meios de comunicação como um elemento chave dentro de uma sociedade cada vez mais complexa: “Dia após dia a sucessão de fatos que são transmitidos através dos meios nos remetem à verdade incontestável de uma realidade complexa que resiste a ser analisada sob um único prisma ou determinada perspectiva” (FONTCUBERTA, 2006, p. 31). A autora sustenta que a imprensa escrita constitui-se hoje um espaço privilegiado de reflexão acerca dos acontecimentos tratados nos demais veículos, como a televisão e a internet, que nem sempre dispõem do tempo e espaço necessários para mostrar a complexidade dos fatos. Para Fontcuberta, na sociedade complexa “não existem nem decisões nem acontecimentos isolados; todos têm causas e efeitos que podem ser produzidos em âmbitos muito distantes do lugar em que ocorrem” (FONTCUBERTA, 2006, p. 31). Em sua análise, um rápido olhar sobre a informação cotidiana que está diariamente nos jornais permite observar que a maioria dos problemas globais se caracterizam não apenas por serem de grandes proporções, mas também por terem escalas irredutíveis.

Ao mesmo tempo em que afirma a importância do jornal impresso como espaço de reflexão e de contextualização acerca dos acontecimentos, Fontcuberta observa que o jornalismo atual não parece capaz de interpretar os acontecimentos. Para a autora, narrar a complexidade não é o objetivo da maior parte dos meios de comunicação, nem mesmo dos jornais diários, que, segundo afirma, são a mídia que poderia oferecer maior aprofundamento dos conteúdos noticiosos. Escassez de tempo e de espaço seriam a justificativa para a falta de análises mais rigorosas. Além disso, a simplificação da linguagem, que é um dos preceitos do jornalismo, dificultaria a abordagem de fenômenos complexos. “No entanto, abordar o complexo exige, antes de tudo, uma atitude que o torne possível” (FONTCUBERTA, 2006, p. 35). A autora observa que a disjunção e a redução estão presentes na maioria das pautas jornalísticas, e conteúdos que precisariam ser explicados sob diversos ângulos são apresentados ao leitor de forma desarticulada, em diferentes editoriais.

Medina (2006; 2008a; 2008b), em abordagem semelhante, afirma a necessidade de que o jornalismo supere a tradição positivista para narrar a contemporaneidade. “Tanto as gramáticas científicas quanto as gramáticas jornalísticas se constituem, no final do século XIX, fundamentadas na mesma visão de mundo e, por isso, também os conceitos operacionais e as técnicas de trabalho se conjugam” (MEDINA, 2006, p. 10). Para a autora, essas gramáticas, cujos princípios são baseados em Comte e Descartes, permanecem em operação nos dias atuais e são colocadas em xeque com os contextos sociais complexos vividos ao longo do século XX e início do

século XXI, desde as grandes guerras, a guerra fria, a bomba atômica e a crise ambiental até as epidemias, a violência urbana e a pobreza. “Todas as pautas da contemporaneidade demandam mais as narrativas autorais densas e tensas do que as promessas de verdade simples e precisa”, afirma (MEDINA, 2008a, p. 28). Contudo, essa não é a regra, na análise da autora. “Só alguns espaços de reflexão de cientistas sociais e jornalistas vêm a público trazer fatos, balanços de dados e interpretações que acusam de erro de perspectiva no entendimento dos contextos históricos a sociedade da informação” (MEDINA, 2008a, p. 29). Em sua análise, decifrar a complexidade dos acontecimentos tem sido tarefa de poucos pesquisadores e “jornalistas estudiosos”.

Na análise da cobertura de dois grandes jornais brasileiros em torno de um acidente aéreo³, Medina e Medina (2008b) fazem um esforço empírico para demonstrar as contradições que podem ser observadas no trabalho jornalístico em relação a uma possível abordagem complexa das notícias. Os autores analisam as edições dos jornais “Folha de S.Paulo” e “O Estado de S.Paulo” nos cinco dias subsequentes ao desastre, procurando identificar as perguntas que nortearam a densa cobertura imediatamente após o acontecimento, e constataam que a complexidade do tema começa a se tornar evidente apenas no terceiro dia. A principal conclusão do estudo aponta a carência da razão complexa no material analisado (MEDINA; MEDINA, 2008b).

Também com a proposta de analisar empiricamente a relação entre jornalismo e complexidade, Dimas Kunsch (2000) compartilha das análises de Fontcuberta e Medina ao apresentar os resultados de pesquisa em que buscou observar, em revistas de circulação mensal publicadas por um grupo católico em quatro países, qual o signo dominante no trabalho de reportagem das publicações – o da explicação (positivista) ou o da compreensão (complexo). Tendo como hipóteses a existência de uma crise de paradigmas e a necessidade de introduzir a complexidade no jornalismo, o autor trabalha com um objeto empírico bastante específico, produzido para um público segmentado, dentro do gênero reportagem. Embora abra seu texto fazendo uma referência direta ao *lead* do jornalismo informativo diário – “A vida e o mundo não cansam de mostrar que não cabem em, nem suportam, uma pirâmide invertida” (KUNSCH, 2000, p. 17) – mantém o

³No início da noite de 17 de julho de 2007, um avião da TAM deslizou na pista do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, matando 199 pessoas.

foco no potencial da reportagem para a abordagem complexa dos fatos e critica a desvalorização desse gênero na mídia.

É oportuno abordar os trabalhos de Fontcuberta, Medina e Kunsch porque, nos três casos, os autores partem da intenção comum de estabelecer relações entre o pensamento complexo e o jornalismo. No entanto, nenhum dos autores parece ter empreendido uma aproximação *epistemológica* entre complexidade e jornalismo. Além disso, esses estudos parecem apresentar algumas fragilidades teórico-metodológicas. Ao passo em que Fontcuberta limita sua análise a uma abordagem generalizante sobre as formas como a mídia trata dos acontecimentos contemporâneos – sem realizar um estudo empírico com embasamento metodológico que mostrasse de onde vieram suas conclusões –, Medina e Kunsch deixam clara a opção teórica pela noção de complexidade, mas, no que diz respeito ao jornalismo, limitam a abordagem do objeto empírico à prática profissional-operacional. Não contemplam, portanto, o jornalismo enquanto campo epistêmico *em diálogo* com o pensamento complexo. É o propósito deste trabalho apresentar contribuições para o estabelecimento desse diálogo, que podem, inclusive, fundamentar com mais consistência futuras pesquisas empíricas que busquem identificar expressões do pensamento complexo nos produtos noticiosos.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro sintetiza os principais elementos apresentados por Edgar Morin para sua proposta de pensamento complexo, utilizando, para tal, algumas das suas obras mais importantes publicadas em língua portuguesa. *Complexus*, para Morin, é “o que está entretecido em conjunto”, e a abordagem dos fenômenos pelo prisma da complexidade implica em contextualizar, relacionar, integrar diferentes elementos. Antes de entrar em mais profundidade nos aspectos conceituais do termo complexidade, o capítulo discorre sobre a noção de *paradigma*, central para a compreensão das críticas feitas por Morin e outros autores ao método cartesiano, que cimentou os alicerces da ciência moderna a partir da separação homem-natureza, sujeito-objeto, mente-matéria. Aborda também as condições históricas e sociais que abriram caminho para o nascimento e desenvolvimento da ciência moderna, a partir do século XVII. É por esse percurso que o capítulo entra nos aspectos conceituais dos termos *complexidade* e *pensamento complexo*, que tem na religação dos saberes um elemento central. Para Morin, a complexidade é um desafio e não uma solução: trata-se de uma “palavra problema” que exige uma revisão radical no ordenamento e na produção do conhecimento. Se o paradigma cartesiano trabalha fundamentado nas certezas obtidas pela ciência, num possível

paradigma da complexidade essas mesmas certezas terão que se abrir à convivência com as incertezas e à retomada do diálogo entre os diferentes tipos de saber.

A necessidade de diálogo entre as disciplinas e de abertura epistemológica, com foco nas Ciências da Comunicação e, mais especificamente, no Jornalismo, constitui o eixo do capítulo 2. Os estudos de comunicação começaram a tomar forma na primeira metade do século XX, época em que as ciências sociais assumiam seu status científico e se organizavam em áreas de atuação. O capítulo situa o surgimento dos estudos de jornalismo no âmbito da comunicação e sintetiza algumas das principais tentativas de compreender o fenômeno jornalístico em termos teóricos, com ênfase nas propostas que o relacionam à produção de conhecimento. Discute, por fim, a contribuição de Adelmo Genro Filho ao propor que o jornalismo é uma forma de conhecimento que tem no singular a sua potencialidade, numa relação dialética com o particular e o universal. Refutando uma a uma as principais teorias sociais acerca do jornalismo, do funcionalismo à teoria crítica, o autor sustenta que o jornalismo surgiu como necessidade social em um mundo cada vez mais complexo e contesta as teses de que esse fenômeno comunicacional tenha sido determinado apenas pelo sistema capitalista. Sua proposta de recolocar de pé a pirâmide invertida dos manuais de redação tem cunho epistemológico e simboliza uma compreensão complexa do fenômeno jornalístico: reposicionada, a pirâmide teria em seu cume a categoria singular, sustentada na base pelo particular – a contextualização da notícia –, estando o universal projetado a partir dos pressupostos ontológicos e ideológicos que orientaram a produção da notícia. Assim como no pensamento complexo, a proposta de Adelmo Genro Filho sugere a constante relação dialética entre as três categorias, entre as partes e o todo, para a construção do conhecimento.

O capítulo 3 aponta convergências entre as ideias de Edgar Morin e Adelmo Genro Filho. Morin, francês de origem sefardita (judeu espanhol) nascido em 1921, dedica seu trabalho à teoria da complexidade desde a década de 1970 e tem encontrado aceitação para suas ideias em diversas áreas do conhecimento. Nos dias atuais, apesar da idade avançada, mantém-se produtivo e atuando como colaborador em diversas instituições. Sociólogo “por imposição”, como costuma enfatizar, Morin viveu de perto as principais transformações sociais do século XX, foi fortemente influenciado pelas ideias marxistas – que abandonou ao longo de sua trajetória – e sempre flertou com a prática jornalística, embora nunca tenha

se designado como profissional de imprensa, tampouco tomado o jornalismo especificamente como objeto de estudo. Seus estudos da *sociologia do presente* são uma amostra do interesse do autor pela observação direta e participante de fenômenos factuais, com foco no *acontecimento singular* e sem a distância recomendada pela sociologia formal, tendo sido determinantes para alicerçar os estudos que conduziram à elaboração da teoria da complexidade.

Ao tomar a singularidade como categoria mestra em seus estudos da sociologia do presente, Morin aproxima-se em grande medida da concepção do jornalista brasileiro Adelmo Genro Filho, que desenvolveu os estudos que culminaram em sua obra principal, *O segredo da pirâmide*, durante mestrado em Ciências Sociais. Como o sociólogo Morin, o jornalista Genro teve forte influência do pensamento marxista, mas, em suas últimas obras, já problematizava os rumos dessa doutrina em termos políticos. Sua proposta de pensar o fenômeno jornalístico a partir das categorias hegelianas singular, particular e universal é tida como autônoma e original dentro dos estudos da área. Por meio do diálogo dessa proposta com as ideias de Morin, busca-se contribuir para uma revitalização das ideias de Adelmo para o jornalismo contemporâneo.

O campo de estudo do jornalismo terá muito a ganhar se fizer a opção pela necessária abertura em relação a outras disciplinas, bem como não se afastar da área da comunicação, com a qual tem relação umbilical. Esta pesquisa se propõe, como finalidade última, identificar as possibilidades para que o Jornalismo incorpore a epistemologia da complexidade, ressaltando no jornalismo seu potencial crítico e sua efetividade enquanto produção de conhecimento sobre o mundo.

1 DA BUSCA PELAS CERTEZAS AO RECONHECIMENTO DAS INCERTEZAS

Adquirimos conhecimentos espantosos sobre o mundo físico, biológico, psicológico, sociológico. A ciência impõe cada vez mais os métodos de verificação empírica e lógica. As luzes da Razão parecem rejeitar nos antros do espírito mitos e trevas. E, no entanto, por toda a parte, o erro, a ignorância, a cegueira progridem ao mesmo tempo que os nossos conhecimentos (MORIN, 2008, p. 13).

Um rápido olhar nos jornais diários ou nos noticiários de televisão é o suficiente para enxergar a contradição apontada na citação de Edgar Morin: apesar de todos os avanços e benefícios proporcionados pela ciência nos últimos três séculos, persistem na sociedade desafios como fome, racismo, preconceito, desigualdade, trabalho escravo, subjugo feminino, violência, intolerância religiosa, surgimento de novas doenças e de problemas ambientais diversos. A posição aparentemente pessimista do autor remete à análise de outro importante pensador expresso já no século XVIII, época de pleno desenvolvimento da ciência moderna: em seu “Discurso sobre as ciências e as artes”, publicado em 1750, Jean-Jacques Rousseau desenvolveu argumentos que procuravam mostrar que a ciência não tinha relação direta com a virtude. Ou seja, que a ciência e os avanços decorrentes de seu desenvolvimento não necessariamente melhorariam a humanidade (ROUSSEAU, 1999). Pensadores originais e ousados, Rousseau e Morin têm em comum o ímpeto de questionar criticamente os padrões de pensamento vigentes em suas épocas.

Apesar de polêmico entre o meio intelectual da época, o trabalho de Rousseau teve sua importância reconhecida ao receber o prêmio da Academia de Dijon, que, em 1749, propôs o desenvolvimento de trabalhos norteados pela questão: o restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes? Vivia-se, então, o auge do

Iluminismo⁴, época da supervalorização do conhecimento racional, o que permite deduzir que a intenção dos acadêmicos de Dijon era reunir respostas positivas à questão-problema – ou seja, respostas que relacionassem diretamente ciência e virtude. Rousseau surpreende ao problematizar essa relação e ao atribuir mais importância à moral, deixando a razão em segundo plano.

Edgar Morin volta a lançar, três séculos depois de Rousseau, um olhar de estranhamento sobre os alicerces estruturados pelos iluministas e, depois, elaborados em termos filosóficos pelo positivismo. Inicialmente criticado por seus questionamentos em torno do paradigma científico e por sua proposta de um novo paradigma, o da *complexidade*, suas ideias passaram a crescer em significado no final do século XX e a encontrar ressonância em outros autores, além de receber, gradualmente, aceitação em diversas áreas do conhecimento. Na Comunicação, e no Jornalismo mais especificamente, ainda são poucos os autores que buscam estabelecer relações entre o *pensamento complexo*, nos termos propostos por Morin, e os fenômenos ligados a essas disciplinas.

Na intenção de contribuir para essa aproximação, este primeiro capítulo apresenta uma abordagem sintética dos principais pressupostos do pensamento complexo, tomando como base as obras mais importantes de Morin disponíveis em língua portuguesa. Busca-se também estabelecer diálogos entre as ideias desse autor, central em nosso estudo, com outros pesquisadores que com ele compartilham as críticas ao paradigma cartesiano e a defesa da necessidade de um novo paradigma. Faz-se necessário, inicialmente, compreender a origem e os sentidos atribuídos ao termo *paradigma*, de modo a deixar clara a perspectiva assumida por Morin. É indispensável também discutir as condições históricas que levaram à estruturação das ciências e das disciplinas, incluídas aí as ciências sociais, e percorrer argumentos que defendem, neste início de século, a importância da religação dos saberes para a construção do conhecimento. A partir desse percurso é que se poderá identificar, no capítulo 2, alguns desafios da Comunicação e do Jornalismo, enquanto campos epistêmicos, frente a esse possível novo paradigma.

⁴Definido por Kant em 1784 como o processo que liberta o homem da “menoridade”, por meio do uso da razão, ou seja, do “pensar por si próprio”. *Sapere aude!*, ou “ouse saber!”, é a palavra de ordem do Iluminismo. Para Foucault (2000, p. 341), o esforço de Kant em definir o Iluminismo é um “esboço do que se poderia chamar de atitude de modernidade”.

1.1 A estruturação das ciências a partir das disjunções do paradigma cartesiano

O termo *complexidade*, central neste trabalho, possui uma pesada carga semântica, já que seu sentido pode ser associado às ideias de confusão, dificuldade, incerteza, desordem. O que é *complexo* no sentido proposto por Morin não pode ser definido numa palavra-mestra, ou reduzido a uma lei ou ideia simples:

O complexo não pode resumir-se na palavra complexidade, reduzir-se a uma lei de complexidade ou a ser qualquer coisa que se definisse de maneira simples e tomasse o lugar da complexidade. A complexidade é uma palavra problema e não uma palavra solução (MORIN, 2008, p. 8).

O autor afirma que a necessidade de um pensamento complexo se revela na medida em que se compreendem os limites, insuficiências, carências e lacunas do pensamento que opera sob os princípios de disjunção, redução e abstração. Esse paradigma tem seus alicerces no pensamento de René Descartes, que, na obra clássica “Discurso do método”, estabelece as diretrizes da ciência moderna: separação entre sujeito e objeto, filosofia e ciência; separação dos problemas em partes que podem ser resolvidas uma a uma; rompimento com a experiência imediata e o conhecimento vulgar⁵. Morin pondera que não há dúvidas de que o

⁵No “Discurso do Método”, Descartes defende um uso público da razão, que “é a capacidade de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso” e “é a única coisa que nos faz homens e nos distingue dos animais” (DESCARTES, 2008, p. 37-38). É também no “Discurso do Método” que ele formula o primeiro princípio de sua filosofia, definido na célebre frase “penso, logo existo” (DESCARTES, 2008, p. 70-71). Elabora ainda, de maneira explícita, alguns dos alicerces da ciência moderna, como a separação entre corpo e alma, sujeito e objeto, conhecimento científico e conhecimento do senso comum, natureza e pessoa humana. A visão cartesiana do mundo, alicerce da ciência moderna, “desconfia sistematicamente das evidências da nossa experiência imediata” (SANTOS, 2010, p. 24). O método científico detalhado por Descartes em seu “Discurso” contempla quatro princípios básicos: “O primeiro

paradigma cartesiano tenha permitido os grandes progressos do conhecimento científico e da reflexão filosófica desde o século XVII, mas esse mesmo paradigma trouxe também consequências nocivas, que começaram a se tornar evidentes no transcurso do século XX (MORIN, 2008)⁶.

Antes de abordar em maior profundidade os aspectos conceituais e metodológicos da ideia do pensamento complexo, contudo, é necessário debruçar-se com mais demora sobre dois elementos centrais para a compreensão desse conceito: primeiro, a noção de **paradigma**, termo recorrente no pensamento de Morin para designar, de maneira abrangente, os modelos de pensamento dominantes em determinadas épocas; segundo, as **condições históricas e sociais** que permitiram o nascimento e o desenvolvimento da ciência moderna, a partir do século XVII.

A concepção de Thomas Kuhn costuma ser a principal referência entre autores que tratam dos paradigmas científicos, definidos como “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1975, p. 13). Para o autor, as revoluções científicas constituem-se a partir da mudança de um paradigma para outro, e a transição sucessiva entre paradigmas “é o padrão usual de desenvolvimento da ciência moderna” (KUHN, 1975, p. 32). Kuhn desenvolve o conceito de paradigma em associação com a noção de ciência normal, que é “a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior” (KUHN, 1975, p. 29). Isso significa dizer que uma ciência estabelecida dispõe de um passado

era não aceitar jamais alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal: isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção [...]. O segundo, dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas possíveis e que fossem necessárias para melhor resolvê-las. O terceiro, conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir aos poucos, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos [...]. E o último, fazer em toda parte enumerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir (DESCARTES, 2008, p. 54-55).

⁶ Essa ideia é igualmente defendida por autores como Santos (1989; 2010) e Martín-Barbero (2003).

socialmente consolidado e aceito, com conceitos, métodos, problemas e procedimentos bem delimitados. Esses elementos funcionam como base para outras observações e experiências realizadas dentro da mesma área.

Para Kuhn, a ciência estabelecida tem duas características principais: primeiro, tem realizações inéditas que atraem um grupo fiel de partidários, que se afastam de outras formas de atividade científica; segundo, essas mesmas realizações inéditas são suficientemente abertas para permitir que novos problemas sejam resolvidos pelo grupo de cientistas praticantes dessa ciência. A partir dessa noção, o autor desdobra a concepção de paradigma, que envolve realizações científicas que partilham dessas duas características – originalidade em relação a realizações anteriores e abertura para o desenvolvimento de novas realizações. Os paradigmas são essenciais para o desenvolvimento da ciência e seu compartilhamento implica um compromisso com regras e padrões para a prática científica. “Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada” (KUHN, 1975, p. 30-31).

Com Thomas Kuhn a noção de paradigma adquiriu importância decisiva, afirma Morin (2011), pelo fato de carregar a ideia de que o conhecimento científico não se forma apenas a partir da simples acumulação de saberes. Na análise de Morin, a concepção de Kuhn é original em função, principalmente, de seu sentido “sociologizado”, uma vez que evidencia a necessidade de reconhecimento dos valores e técnicas comuns pelos membros da comunidade científica. Mas o autor pondera que, embora original, a noção kuhniana de paradigma tem um sentido simultaneamente forte e vago:

Forte, pois o paradigma tem valor radical de orientação metodológica, de esquemas fundamentais de pensamento, de pressupostos ou de crenças desempenhando um papel central, detendo assim um poder dominador sobre as teorias. Vago, pois oscila entre sentidos diversos, cobrindo *in extremis*, de modo difuso, a adesão coletiva dos cientistas a uma visão de mundo (MORIN, 2011, p. 259).

Ao resgatar a origem da palavra *paradigma* junto a filósofos clássicos, Morin pontua que para Platão o termo grego significava a

exemplificação do modelo ou da regra; da mesma forma, para Aristóteles, “o paradigma é o argumento que, baseado em um exemplo, destina-se a ser generalizado” (MORIN, 2011, p. 258). Etimologicamente, *paradigma* em grego quer dizer, literalmente, *modelo*. Na linguística estrutural, o termo é definido por oposição e complementaridade com a noção de sintagma: o paradigma, eixo vertical, corresponde à língua ou código, enquanto o sintagma, eixo horizontal, corresponde à dimensão da palavra ou da mensagem. No debate científico, a ideia central de paradigma afasta-se do sentido da linguística e tende ao sentido dos filósofos gregos, designando princípios, modelos e regras gerais (MORIN, 2011).

Embora o conceito kuhniano seja, para Morin, impreciso e insuficiente, o autor opta por manter o uso da palavra *paradigma* com significado correlato e mais amplo, não restrito ao saber científico e estendido a todo tipo de conhecimento.

Vamos propor a seguinte definição: um paradigma contém, para todos os discursos que se realizam sob o seu domínio, os conceitos fundamentais ou as categorias-mestras de inteligibilidade, ao mesmo tempo que o tipo de relações lógicas de atração/repulsão (conjunção, disjunção, implicação ou outras) entre esses conceitos e categorias. Assim, os indivíduos conhecem, pensam e agem conforme os paradigmas neles inscritos culturalmente. Os sistemas de ideias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas (MORIN, 2011, p. 261).

Os paradigmas não se alternam de forma mecânica nos processos transitórios, mas convivem, ou podem conviver, durante esses processos. Como aponta Greco, um paradigma

é um sistema gerador de teorias, orientador de aprendizados e condicionador do pensamento e da ação de imensos contingentes humanos em cada ciclo histórico. Embora seu desenvolvimento situe-se em um tempo histórico marcando um período, um ciclo, permanece como recorrência acumulada nos períodos seguintes. O paradigma não desaparece, insere-se no processo histórico do ciclo seguinte em convivência de maior ou menor profundidade com os paradigmas emergentes (GRECO, 1990, p. 160).

A ciência moderna desenvolveu-se alicerçada no paradigma cartesiano, que opera basicamente com os princípios da disjunção e da

redução. A emergência desse paradigma ocorreu a partir da passagem do mundo feudal para o mundo moderno, no período conhecido como **Renascimento**, que é o núcleo das condições sócio-históricas de gestação do conhecimento científico como esfera própria, na Europa ocidental. Nessa época de grande efervescência cultural e civilizacional, ocorreram notáveis desenvolvimentos econômicos e técnicos que levaram ao triunfo do capitalismo e da burguesia. A reforma protestante, o ressurgimento da especulação filosófica e o retorno do pensamento profano - autorizado a se realimentar, novamente, de fontes antigas, principalmente dos pensadores gregos deixados de lado durante o período medieval - são outras mudanças que fertilizam, no Renascimento, o terreno da era moderna. “Mas a grande originalidade da nova aventura é que ela se realiza no interior de uma forte dialógica entre o pensamento, as técnicas e as artes” (MORIN, 2011, p. 67). Os principais atores dessa ebulição eram ao mesmo tempo artistas, pensadores, criadores, artesãos, inventores; “dilettantes universais, *general problems solvers*, humanistas interessados em tudo”, como Leonardo da Vinci e Galileu Galilei, destaca Morin (2011, p. 68). Na era da renascença, as barreiras entre artes, filosofia e ciência ainda não estavam formadas. São marcos simbólicos desse processo o surgimento de um novo planeta (com a descoberta das Américas, em 1492) e o desmoronamento de um antigo cosmos (com a revolução copernicana):

A Terra, enfim redonda, fechou-se sobre uma humanidade plural em que o cristianismo perde o seu lugar hegemônico e quase de imediato a humanidade perde o seu lugar central com a permuta Terra/Sol. Em consequência, a própria estruturação do conhecimento foi atingida. Foi necessário reconstituir um novo cosmos com novos princípios. Gnoses fabulosas foram propostas, mas ao mesmo tempo a dialógica nascente ciência/filosofia empreendeu a reconstrução do mundo físico (MORIN, 2011, p. 68).

O Renascimento proporcionou o ambiente ideal para a formação de um novo meio intelectual, dentro da nova pluralidade, fora tanto da esfera clerical quanto da universidade. “É entre os espíritos particularmente originais dessa nova *intelligentsia* que o pensamento especulativo e uma arte técnica se entrefecundam” (MORIN, 2011, p. 69). Nesse contexto, Morin situa o surgimento da aspiração de reconstruir a ordem da natureza, aspiração esta que “só podia ser estimulada pelos fantásticos sismos

intelectuais que se sucederam sem trégua desde a descoberta da América (1492)” (MORIN, 2011, p. 69). Entre esses “sismos”, Morin destaca a formulação da hipótese heliocêntrica pelo astrônomo italiano Nicolau Copérnico (1473-1543). Na obra “*De revolutionibus orbium celestium*”, resultado de estudos desenvolvidos entre 1511 e 1513, Copérnico comprovou, por meio de cálculos matemáticos e observações empíricas, que a Terra não era o centro do universo e que, na verdade, era o planeta que se movia em torno do sol – ao contrário do que se acreditava na época⁷. Essa hipótese “ofendia determinado narcisismo da espécie quando se negava à pátria do homem a sua posição no centro do universo” (SLOTERDIJK, 1992, p. 55). Para Morin, a revolução copernicana é exemplar enquanto revolução paradigmática: o sistema geocêntrico era uma doutrina que escondia um paradigma de centralidade do homem; com o desmoronamento do foco antropocêntrico, foi necessário um longo processo até que se assimilasse a nova configuração Terra-Sol. “Como toda revolução, uma revolução paradigmática ataca enormes evidências, lesa enormes interesses, suscita enormes resistências” (MORIN, 2011, p. 285).

Se o Renascimento foi uma reação contra o período fechado e obscuro da Idade Média, cujo paradigma era fundamentado na certeza de Deus, no poder supremo da Igreja e no cristianismo como verdade absoluta (GRECO, 1990), o século XVII foi o início de uma época de reação às críticas radicais e às correntes “libertinas” vindas do Renascimento, nos dois séculos anteriores, o que conduziu às ideias estruturantes da ciência moderna. Segundo Morin, foi também o século de instauração de poderes teológico-políticos:

Deus e o Estado contribuíram para a reconstrução do mundo, visto que o novo Universo se tornava uma mecânica perfeita obedecendo às leis fixadas por um Deus-Monarca absoluto. (...) Enquanto a destruição de um mundo determinava uma crise paradigmática profunda, a ciência nascente elaborava os princípios e métodos que iriam constituir o novo paradigma de um conhecimento doravante separado e emancipado da política, da religião, da moral e mesmo da filosofia. É nesse vasto e profundo reacomodamento que o novo conhecimento formula as suas regras do jogo (Galileu, *Il sagggiatore*, 1623; Bacon, *Le nouvel organum*, 1620; Descartes, *Discours de la méthode*,

⁷ Outras obras que representativas nesse aspecto, destacadas por Morin, são “O elogio da loucura” de Erasmo de Roterdam (1511), e as “Teses de Wittenberg”, de Martinho Lutero (1517).

1637). A sua regra primeira libera o saber de todo juízo de valor e destina-o exclusivamente à finalidade do conhecimento; seu saber organiza-se com base numa dialógica empírico-racional; desvia-se das verdades triviais para buscar as verdades escondidas atrás dos fenômenos; estabelece as suas exigências de precisão e exatidão e, nesse sentido, ela se matematizará e se formalizará cada vez mais. Assim procedendo, o conhecimento científico fez o maior esforço jamais tentado para libertar-se das normas e pressões sociais, ao mesmo tempo que do senso e do vivido comuns⁸ (MORIN, 2011, p. 69-70).

A partir do século XVII, portanto, o conhecimento científico desenvolve-se e torna-se profundo e eficaz: progride a cada descoberta, elucidação, previsão. Os triunfos rápidos conduziram à proliferação de trabalhos científicos e à institucionalização e autonomia da ciência. As sociedades científicas se multiplicaram e, só no século XIX, a ciência instalou-se de forma efetiva na universidade⁹, que criou seus departamentos e laboratórios. Com o surgimento do termo *scientist* por volta de 1840, na Inglaterra, a ciência se profissionaliza. No século XX, entra nas empresas industriais e depois no Estado (MORIN, 1998).

O processo de industrialização foi outro fator preponderante para a estruturação e a valorização do conhecimento científico na Europa oitocentista. A geração e uso da energia motivavam o desenvolvimento de esforços tecnológicos que possibilitassem o contínuo incremento da

⁸ Morin observa que apesar de a ciência ter feito essa ruptura com o senso comum e o cotidiano, grande parte dos conhecimentos produzidos por ela têm origem na experiência social – caso dos conceitos mais fundamentais da física, como ordem, causa, cosmos. O autor exemplifica: “A geometria nasceu das necessidades de agrimensura e de irrigação das civilizações agrárias; a aritmética, das necessidades de cálculo das civilizações urbanas. As leis físicas são uma projeção das leis jurídicas sobre o universo” (MORIN, 2011, p. 70). Embora os conceitos científicos extraídos da experiência social tenham se emancipado e transformado, Morin afirma que eles mantêm o vínculo com a vida comum. Para o autor, a ciência não cortou o cordão umbilical com o senso comum, embora tenha se afastado dele.

⁹ As universidades vinham passando por um período de decadência desde o século XVI, em função de sua estreita ligação com a Igreja durante a Idade Média. Com as ciências sociais, essas instituições passaram por um processo de revitalização entre o final do século XVIII e início do século XIX, “tornando-se o lugar institucional preferencial para a criação de conhecimento” (WALLERSTEIN, 2006, p. 20).

produção. Como aponta Greco (1990), a conjugação do experimento empírico e da dedução racional, motivada pela nova realidade que buscava fazer do mundo uma máquina perfeita, proporcionou descobertas e desenvolvimento nunca antes vistos na história humana. Se antes Deus e a religião eram o poder supremo no qual se encontravam todas as respostas, passou a ser a ciência a responsável por resolver todos os problemas. “A certeza religiosa, medieval acabou dando lugar ao paradigma científico, também impregnado de certeza” (GRECO, 1990, p. 165).

Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento científico avançava, o pensamento filosófico que iria ser o gerador do novo paradigma também construía suas estruturas: Bacon, com o empirismo, Descartes, com o já mencionado princípio de disjunção, e Newton, com o universo regido por leis imutáveis e submetido a um determinismo absoluto, enunciaram os principais modelos do paradigma científico, dentro do qual emergia uma nova certeza:

O paradigma newtoniano colocou o homem em um universo convencional, repetitivo, mecânico, simples e regido por um Deus monárquico. Um universo perfeito e harmônico onde bastaria ao homem conhecer suas leis para controlá-lo e dominá-lo. Um universo que reservava à ciência um papel fundamental de decodificação da realidade e orientação da humanidade. Um universo que, baseado no conhecimento científico, poderia ser controlado e dominado, conferindo a certeza de que a ciência e a tecnologia orientariam a humanidade no caminho de uma vida melhor (GRECO, 1990, p. 169).

É importante ressaltar que a revolução científica iniciada no século XVI ficou inicialmente restrita ao âmbito das ciências naturais. Apenas no século XIX, mesma época em que estas se estabelecem nas universidades, o modelo de racionalidade moderno chega às ciências sociais, que se encontravam em plena emergência na época. Santos (2010) situa nesse contexto a constituição de um modelo de racionalidade científica que se distingue de duas formas de conhecimento não científico: o senso comum e as humanidades (ou estudos humanísticos, nos quais se incluíram a história, a filologia, o direito, a literatura, a filosofia e a teologia).

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem

pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. É esta a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precedem (SANTOS, 2010, p. 21).

Os princípios epistemológicos e regras metodológicas a que Santos faz referência dizem respeito a separar, quantificar, classificar, determinar relações sistemáticas entre o que se separou e rejeitar tudo o que não seja objetivo, de acordo com a cartilha cartesiana. Com essa natureza teórico-metodológica, o conhecimento científico constitui-se, de acordo com o autor, como “um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vista a prever o comportamento futuro dos fenômenos” (SANTOS, 2010, p. 29). O alicerce desse conhecimento é a ideia de ordem e estabilidade, que veio a se tornar um dos pilares da ideia de progresso que toma volume no pensamento europeu a partir do século XVIII. O Iluminismo foi o “fermento intelectual” que criou as condições para a constituição das ciências sociais, de vocação empírica, no século XIX.

A consciência filosófica da ciência moderna, que tivera no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano as suas primeiras formulações, veio a condensar-se no positivismo oitocentista. Dado que, segundo este, só há duas formas de conhecimento científico – as disciplinas formais da lógica e da matemática e as ciências empíricas segundo o modelo mecanicista das ciências naturais – as ciências sociais nasceram para ser empíricas (SANTOS, 2010, p. 33).

A consolidação das ciências sociais seguiu duas vertentes principais, na análise de Santos. A primeira, que foi dominante, pretendia aplicar os princípios epistemológicos e metodológicos característicos das ciências naturais ao estudo da sociedade. Essa vertente toma como pressuposto que o único modelo de conhecimento universalmente válido é o científico tradicional – portanto, é possível estudar os fenômenos sociais da mesma forma que os fenômenos naturais. Já a segunda vertente optou por reivindicar para as ciências sociais um estatuto epistemológico e metodológico próprio, levando em conta as especificidades do ser humano e dos estudos em torno da sociedade. Essa vertente permaneceu marginal

durante muito tempo, mas hoje, como indica Santos, tem conquistado cada vez mais adeptos, apesar de obstáculos como a inexistência de consenso paradigmático nas ciências sociais, que serão sempre subjetivas. Essa concepção se considera antipositivista, mas, para Santos (2010, p. 39), “revela-se mais subsidiária do modelo de racionalidade das ciências naturais do que parece”, já que mantém as dicotomias características do paradigma científico, como a distinção natureza/ser humano e a visão mecanicista da natureza, à qual contrapõe a especificidade do ser humano. Dessa forma, ambas as concepções de ciência social pertencem ao paradigma da ciência moderna, embora, como observa Santos (2010), a segunda vertente contenha elementos de crise e sinais de uma possível transição para um paradigma distinto.

No mesmo passo em que as ciências se estabeleciam nas universidades, ocorreu também a estruturação das disciplinas enquanto categorias organizadoras do conhecimento. Morin (2006) afirma que a organização disciplinar desenvolveu-se com o impulso dado à pesquisa científica nas universidades modernas, no século XX. As disciplinas, portanto, têm sua história “inscrita dentro da universidade, que, por sua vez, está inscrita na história da sociedade; daí resulta que as disciplinas nascem da sociologia das ciências e da sociologia do conhecimento” (MORIN, 2006, p. 105). Esse processo de desenvolvimento e autonomia das disciplinas foi inevitável e, mais do que isso, imprescindível para a constituição do conhecimento científico: apenas assim foi possível a delimitação do território de cada uma. Além disso, essa delimitação permite que se revele cada objeto disciplinar específico.

Em “Para abrir as ciências sociais”, relatório da Comissão Gulbenkian¹⁰ desenvolvido nos anos de 1994 e 1995, os autores ressaltam que a revitalização das universidades, no século XIX, foi um empreendimento dos estudiosos de áreas que não se enquadravam nas ciências naturais – historiadores, classicistas, estudiosos da literatura. Esses intelectuais passaram a usar a instituição universitária como mecanismo

¹⁰A Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais foi criada em julho de 1993 pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal, com o objetivo de examinar as ciências sociais e o papel que elas desempenham na busca de um futuro melhor para a humanidade. Sob a coordenação do sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, a comissão reuniu especialistas de diversas disciplinas das ciências sociais e naturais. Ao longo de dois anos de trabalho, foram realizadas três reuniões plenárias e os resultados das reflexões foram organizados no livro “Para abrir as ciências sociais”, publicado no Brasil em 1996 pela editora Cortez.

para obter apoio do Estado ao seu trabalho de investigação e, para tanto, atraíram os prestigiados estudiosos das ciências naturais para esse âmbito. Em decorrência desse movimento, “as universidades passaram a ser o espaço privilegiado da tensão entre as artes (humanidades) e as ciências, dois modos de conhecimento agora definidos como sendo bastante diferentes ou até antagônicos” (WALLERSTEIN, 1996, p. 22).

No período entre 1850 e 1945 situa-se o processo de reconhecimento, nas principais universidades ocidentais, da diversidade intelectual refletida nas estruturas disciplinares das ciências sociais, de acordo com a Comissão Gulbenkian. A institucionalização das disciplinas teve papel essencial nesse movimento, que buscava garantir e fazer avançar um conhecimento objetivo sobre a realidade embasado em descobertas empíricas e em oposição a trabalhos de especulação. Inicialmente, as ciências sociais se institucionalizaram nos países europeus – Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália – e nos Estados Unidos. A estruturação das áreas de estudo levou à gradual convergência para cinco disciplinas principais: história, antropologia, economia, sociologia e ciência política, sendo que as três últimas formam o chamado *núcleo nomotético* das ciências sociais – ou seja, são disciplinas que buscam determinar as leis gerais que expressam a regularidade dos fenômenos (WALLERSTEIN, 1996).

Nesse processo de institucionalização, cada disciplina direcionou esforços para definir aquilo que a distinguia das demais, delimitando seu território e construindo um processo sem volta de contínua especialização. O empreendimento resultou bem-sucedido, segundo o autor, pois “gerou estruturas de investigação, de análise e de formação que não apenas se revelaram produtivas e viáveis, como também deram origem à considerável bibliografia que hoje consideramos ser legado das ciências sociais contemporâneas” (WALLERSTEIN, 1996, p. 50).

A *especialização* tornou-se, assim, uma das características centrais da ciência moderna. É também resultado direto daquilo que Bachelard (1996) denomina *ruptura epistemológica*, um dos atos fundamentais para o desenvolvimento da ciência, pela qual o cientista se afasta daquilo que não é considerado ciência: o senso comum, o conhecimento vulgar, a experiência imediata, as sensações, as opiniões – “formas de conhecimento falso com que é preciso romper para que se torne possível o conhecimento científico, racional e válido” (SANTOS, 1989, p. 31). Os atos epistemológicos de ruptura, construção e constatação são tidos como essenciais a qualquer prática científica, tanto nas ciências naturais quanto

nas ciências sociais – embora, pondera o autor, nas últimas essa aplicação seja mais desafiadora, em função da dificuldade de separar na prática o sujeito-cientista do âmbito do objeto observado. Os saberes especializados têm como decorrência a profissionalização e a compartimentação do conhecimento.

A ruptura epistemológica, contudo, também conduziu ao rompimento entre as disciplinas especializadas. Tanto nas ciências naturais quanto nas ciências sociais, isso resultou no que Morin (2006) chama de hiperespecialização. Mais do que separados, os diferentes conhecimentos tornaram-se isolados uns dos outros; os especialistas tornaram-se “hiperespecialistas” e os objetos foram “coisificados” ao extremo.

A fronteira disciplinar, sua linguagem e seus conceitos próprios vão isolar a disciplina em relação às outras e em relação aos problemas que se sobrepõem às disciplinas. A mentalidade hiperdisciplinar vai tornar-se uma mentalidade de proprietário que proíbe qualquer incursão estranha em sua parcela de saber. Sabemos que, originalmente, a palavra “disciplina” designava um pequeno chicote utilizado no autoflagelamento e permitia, portanto, a autocrítica; em seu sentido degradado, a disciplina torna-se um meio de flagelar aquele que se aventura no domínio das ideias que o especialista considera de sua propriedade (MORIN, 2006, p. 106).

A hiperespecialização, para Morin, é excessivamente fechada em si mesma. A ciência hiperespecializada não se enxerga como integrante de uma problemática global que envolve outros saberes. É nesse sentido que Morin sustenta que o desenvolvimento das disciplinas produziu tanto o conhecimento e a elucidação quanto a ignorância e a cegueira. Há, para o autor, uma inadequação profunda entre os saberes compartimentados e as realidades e problemas “cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, globais, planetários” (MORIN, 2006, p. 13). A estrutura disciplinar, para Morin, “leva a uma compartimentalização da inteligência” (MORIN, 2010b, p. 214). Os saberes hiperespecializados são incapazes de perceber o global, que é fragmentado em parcelas, e o essencial, que é diluído – ou seja, descontextualizam questões que só poderiam ser pensadas e enfrentadas em seus contextos. “O retalhamento das disciplinas torna impossível apreender ‘o que é tecido junto’, isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo” (MORIN, 2006, p. 14). Tratando especificamente das ciências sociais, Morin considera que foi um erro

estabelecer categorias fechadas para analisar a realidade – dividida em uma realidade econômica, outra psicológica, outra biológica e assim por diante. “Julga-se que essas categorias criadas pelas universidades são realidades, mas esquece-se que na economia, por exemplo, existem as necessidades e os desejos humanos”, pondera (MORIN, 2008, p. 100).

Emerge desse raciocínio a necessidade do que Morin nomina como *pensamento complexo*, ideia em função da qual desenvolveu a maior parte de sua obra intelectual. Ao tomar a noção de complexidade como macroconceito em seu trabalho, ou como lugar principal de interrogações, Morin propõe que se desprenda a palavra do seu sentido mais comum, ligado às ideias de complicação, confusão, dificuldade, e se atribua ao termo o sentido mais amplo de “tecido em conjunto” (MORIN, 2008).

1.2 A religação dos saberes na perspectiva do pensamento complexo

Numa acepção coloquial, o substantivo-problema *complexidade* e o adjetivo dele derivado, *complexo*, podem induzir às ideias de complicação, imperfeição, confusão. Ardoino (2002) observa que embora essa interpretação persista, a noção vem se enriquecendo em função de novos empregos para o termo, surgidos em campos como a matemática, a química, a cibernética, a psicanálise e a antropologia. Na matemática, por exemplo, números complexos são aqueles que não podem ser simplificados: sua compreensão supõe o encadeamento de todas as operações que o constituem. Já na química, complexos são compostos formados pela ligação de elementos heterogêneos em interdependência, ou seja, os elementos originais em separado são incapazes de existir individualmente.

Ao longo do século XX, os termos *complexo* e *complexidade* foram adquirindo sofisticação, afirma Ardoino, a partir de sua incorporação a campos novos como o da ecologia. A ideia de interligação e inseparabilidade entre elementos de um mesmo conjunto permanece seminal nas expressões. Mais do que um enriquecimento do conceito, o autor considera que seu uso revela novas posições filosóficas e “uma tomada de posição epistemológica” (ARDOINO, 2002, p. 550). Além de Edgar Morin, autor central neste trabalho, Ardoino menciona Joël de Rosnay, Jean-Louis Le Moigne e Georges Lerbet como pensadores da complexidade no século XX.

Para Edgar Morin o postulado do *pensamento complexo* corresponde essencialmente a uma reforma, se não mesmo a uma revolução, do procedimento de conhecimento que quer de agora em diante manter juntas perspectivas tradicionalmente consideradas antagônicas (universalidade e singularidade) (ARDOINO, 2002, p. 550).

Morin observa, contudo, que a ideia de complexidade no sentido por ele proposto emergiu várias vezes na história da filosofia. “É o problema da dificuldade de pensar, porque o pensamento é um combate com e contra a lógica, com e contra as palavras, com e contra o conceito” (MORIN, [1996?], p. 14). Em sua análise, Bachelard, Wittgenstein, Heráclito e Hegel, autores que enfrentaram o problema das contradições em suas obras, podem ser considerados pensadores da complexidade.

A filosofia tem encontrado várias vezes a complexidade. Mas hoje este problema é colocado pela enorme transformação que está a operar-se nas diferentes ciências da natureza e do homem, pelo menos nos seus setores de ponta. Além disso, o problema da complexidade tornou-se uma exigência social e política vital no nosso século: damo-nos conta de que o pensamento mutilante, isto é, o pensamento que engana, não porque não tem informação suficiente mas porque não é capaz de ordenar as informações e os saberes, é um pensamento que conduz a ações mutilantes (MORIN, [1996?], p. 14).

Mesmo em sua obra, a palavra complexidade demorou a surgir como macroconceito, adotado em definitivo a partir da publicação dos primeiros volumes de “O método”, nos anos 1970. Uma década antes, a ideia já estava presente e desenvolvida em obras como “Cultura de massas no século XX: neurose”, publicado pela primeira vez em 1960. Nessa obra, Morin referia-se à ideia mestra de complexidade com o uso do termo *totalidade*, oriundo do marxismo: “O método da totalidade engloba o método autocrítico porque tende não só a encarar um fenômeno em suas interdependências, mas, também, a encarar o próprio observador no sistema de relações (MORIN, 2007, p. 20). Após uma longa dedicação aos estudos que denominou sociologia do presente – que visavam promover uma reflexão sobre a sociedade a partir “do fato imediato”, rejeitando a sociologia fechada e compartimentada então inscrita nas universidades

(MORIN, 2010b, p. 173) -, o autor dedicou-se à escrita de “O método” na busca por tratar “da reforma necessária dos próprios princípios de nosso conhecimento, reforma que diz respeito tanto às ciências naturais, às ciências humanas, à política quanto a nossa vida mental cotidiana” (MORIN, 2010b, p. 40).

Publicada em seis volumes, lançados na França entre 1977 e 2004¹¹, a obra “O método” tem eixo no pensamento complexo e é a base para outros trabalhos de Morin que tratam desse tema de maneira mais didática – como “Introdução ao pensamento complexo” e “A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento”.

A complexidade, para Morin (2008, p. 20), é “um tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo”; forma-se pelo “tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal”. De certo ângulo, pode ser considerada um fenômeno quantitativo, já que o número de unidades, interações e interferências nele imbricadas é imenso. “Porém, a complexidade não compreende apenas quantidades de unidades e interações que desafiam as nossas possibilidades de cálculo; compreende também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios” (MORIN, 2008, p. 51-52).

Tanto na ciência quanto na filosofia, a atividade cognitiva humana sempre foi impulsionada pela procura da certeza, pela busca de fundamentos garantidos sobre os quais o conhecimento e o pensamento pudessem se desenvolver. Segundo Morin, essa certeza almejada se fundamentava em quatro pilares que dissolvem a complexidade e determinam o pensamento simplificador: a *ordem*, que postula que o universo é regido por leis imperativas; a *separação*, que preconiza a decomposição dos problemas em elementos simples para alcançar sua solução; a *redução*, princípio que valoriza o conhecimento mensurável, quantificável e formalizável; e a lógica dedutivo-identitária da *razão*, que reconhece a validade formal das teorias e raciocínios. Esses quatro pilares suscitaram um tipo de conhecimento que se consolidou tanto nas ciências físicas quanto nas ciências humanas. Nas duas áreas, os mesmos pilares foram sacudidos pela crise do conhecimento simplificador, que, como já

¹¹ Os títulos completos de “O método” são: volume 1 – A natureza da natureza; volume 2 – A vida da vida; volume 3 – O conhecimento do conhecimento; volume 4 – As ideias; volume 5 – A humanidade da humanidade; volume 6 – Ética. No Brasil, os seis volumes foram lançados a partir de 2003 pela Editora Sulina.

mencionado, é efeito dos próprios progressos da ciência e segue na direção de um reagrupamento das disciplinas (MORIN, 2000).

“Hoje em dia podemos dizer: não há nenhum fundamento único, último, seguro do conhecimento”, observa Morin (2010, p. 22). A reforma do pensamento que ele propõe, entretanto, não implica substituir mecanicamente a certeza pela incerteza ou em descartar os conhecimentos consolidados ao longo de séculos de desenvolvimento científico, como pode parecer em uma leitura superficial de suas ideias. Para Morin, um dos norteadores do pensamento complexo é a adoção consciente de um paradigma que permita *distinguir sem separar*.

O conhecimento navega em um mar de incerteza, por entre arquipélagos de certeza, e deve detectar isso que eu chamo de dialógica certeza-incerteza, separação-inseparabilidade. Pascal, o grande pensador, já dizia: “Toda coisa é causada e causante”. (...) A questão da racionalidade aberta é a de um jogo duplo: manter as regras da lógica clássica, aqui incluindo os três princípios aristotélicos, mas ser capaz, em alguns casos, de transgredi-los e retornar. Com isto quero dizer: *não abrir mão da velha lógica, mas, ao contrário, integrá-la em um jogo complexo* (MORIN, 2010a, p. 30-31, grifo nosso)¹².

No esforço para reunir o que foi separado pela racionalidade cartesiana, o pensamento complexo opera diferenciações, estabelece relações e formula questões. Para Morin, diferenciar e relacionar implica contextualizar, ação que considera vital para a vida cotidiana.

Contextualizar e globalizar, situar num conjunto se houver um sistema. E isto é necessário para a vida cotidiana e absolutamente necessário na nossa era planetária, em que não há problemas importantes de uma nação que não estejam ligados a outros de natureza planetária, o desenvolvimento técnico, o problema demográfico, o econômico, a droga, a aids, a bomba atômica, etc. A necessidade vital da era planetária, do nosso tempo, do nosso fim de milênio, é um pensamento capaz de unir e diferenciar. É

¹² Morin refere-se aos princípios aristotélicos de *identidade*, que determina que todo ser é igual a si próprio; de *não contradição*, que determina que proposições contraditórias não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo; e do *terceiro excluído*, que determina que uma proposição é apenas verdadeira ou falsa, não havendo terceira possibilidade. Tais princípios estão formulados no conjunto de obras conhecido como *Organon*.

uma aventura, e muito difícil. Mas se não fizermos termos a inteligência cega, a inteligência incapaz de contextualizar (MORIN, 2010a, p. 33).

A religação dos saberes é um elemento central para a complexidade, mas isso não significa que as disciplinas – e, por extensão, as especialidades científicas – deixem de ter importância ou percam sua validade. Para Morin, elas são plenamente justificáveis, “desde que preservem um campo de visão que reconheça e conceba a existência das ligações e solidariedades. E mais: só serão plenamente justificáveis se não ocultarem realidades globais” (MORIN, 2006, p. 113). Um exemplo é a noção de *homem*, que aparece fragmentada entre disciplinas das ciências biológicas e das ciências humanas. Essas disciplinas estudam separadamente aspectos relativos ao ser humano que dizem respeito à fisiologia, ao comportamento, à genética, à cultura, aos hábitos cotidianos etc. “Esses múltiplos aspectos de uma realidade humana só podem adquirir sentido se, em vez de ignorarem essa realidade, forem religados a ela” (MORIN, 2006, p. 113). Ou seja, somente quando colocado *em contexto* com suas múltiplas especificidades o ser humano pode ser compreendido em sua complexidade.

É inegável que o desafio da complexidade, à primeira vista, parece constituir-se como um trabalho imenso. Morin recorre continuamente à ideia de que “a complexidade é uma palavra problema”, na medida em que enfrentá-la exige uma mudança radical no ordenamento e na produção do conhecimento, além da aceitação de que muitas certezas aparentemente consolidadas tenham que *conviver* com incertezas – e não ser suplantadas por elas.

O pensamento complexo tem como tarefa não substituir o certo pelo incerto, o separável pelo inseparável, a lógica dedutivo-identitária pela transgressão de seus princípios, mas efetuar uma dialógica cognitiva entre o certo e o incerto, o separável e o inseparável, o lógico e o metalógico. O pensamento complexo *não é a substituição da simplicidade pela complexidade, ele é o exercício de uma dialógica incessante entre o simples e o complexo* (MORIN, 2010b, p. 199-200, grifo nosso).

O desafio da complexidade está “em todo o conhecimento, cotidiano, político, filosófico, e, de agora em diante, no conhecimento científico” (MORIN, 2000, p. 90). O autor ressalta que não tem a intenção de enumerar mandamentos ou protocolos para o pensamento complexo, e sim de “sensibilizar para as enormes carências do nosso pensamento e fazer compreender que um pensamento mutilador conduz necessariamente a ações mutiladoras” (MORIN, 2000, p. 90). Para trazer à luz os limites e contradições do paradigma simplificador, ele propõe uma tomada de consciência acerca da “patologia contemporânea do pensamento”:

A antiga patologia do pensamento dava uma vida independente aos mitos e aos deuses que criava. A patologia moderna do espírito está na hipersimplificação que a torna cega perante a complexidade do real. (...) A doença da teoria está no doutrinarmismo e no dogmatismo, que fecham a teoria sobre ela própria e a petrificam (MORIN, 2008, p. 22-23).

A ideia de complexidade sempre foi marginal no pensamento científico, no pensamento filosófico e no pensamento epistemológico, na análise de Morin, que aponta Gaston Bachelard como uma exceção: para esse filósofo da ciência, a complexidade era um problema fundamental. Bachelard considera que não existem fenômenos simples, ou natureza simples, ou substância simples, ou ideia simples; há apenas a simplificação, ou seja, o *ato metodológico* de tornar as coisas simples de modo a estudá-las. O filósofo era crítico em relação ao procedimento cartesiano e apontava, já no início do século XX, a necessidade de se estabelecer

novas relações epistemológicas entre ideias simples e ideias compostas. Na realidade, não há fenômenos simples; o fenômeno é uma trama de relações. (...) Uma ideia simples deve ser inserida, para ser compreendida, num sistema complexo de pensamentos e experiências (BACHELARD, 1978, p. 164).

Morin afirma que Bachelard foi pioneiro ao perceber a atividade simplificadora do conhecimento científico, mas não foi bem integrado no universo intelectual e universitário da França, na época (década de 1930), “porque era uma mente original demais” (MORIN, 1998, p. 62). E, embora mencione a complexidade em seus escritos, não se preocupou em sistematizar e desenvolver essa ideia com mais profundidade.

A complexidade também se manifestou de maneira coadjuvante, aponta Morin, na cibernética e na teoria dos sistemas – “uma linha marginal entre a engenharia e a ciência” (MORIN, 1998, p. 175). Atribui ao matemático norte-americano Warren Weaver, que identifica o século XIX como a época da “complexidade desorganizada”, o primeiro texto sobre complexidade.

Como sempre foi tratada de forma marginal, a ideia da complexidade pode suscitar mal-entendidos. Morin alerta para dois equívocos que podem dificultar a compreensão do pensamento complexo: a) conceber a complexidade como receita e b) confundir complexidade com completude. Em relação ao primeiro equívoco, o autor ressalta que a complexidade não conduz à eliminação da simplicidade, nem é uma resposta. Deve, sim, ser encarada “como desafio e como motivação para pensar” (MORIN, 1998, p. 176). Enquanto o pensamento simplificador desintegra a complexidade do real, o pensamento complexo integra ao máximo possível os modos simplificadores de pensar, sem, no entanto, mutilar cada peça do tecido complexo (MORIN, 2008). Já no que diz respeito ao segundo equívoco - confundir complexidade com completude -, Morin afirma que, embora o pensamento complexo ambicione dar conta das articulações entre diferentes domínios disciplinares, aspirando ao conhecimento multidimensional, deve-se ter claro que atingir um conhecimento completo é algo utópico. “Um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em teoria, de uma omnisciência” (MORIN, 2008, p. 9). O pensamento complexo reconhece a incompletude e a incerteza e tem como princípio a inseparabilidade dos elos entre as entidades que o pensamento deve distinguir, mas não isolar.

Acontece que o problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento. Num sentido, o pensamento complexo tenta dar conta daquilo que os tipos de pensamento mutilante se desfaz, excluindo o que eu chamo de simplificadores e por isso ele luta, não contra a incompletude, mas contra a mutilação. Por exemplo, se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias

cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Ela não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões. (...) Ao aspirar a multidimensionalidade, o pensamento complexo comporta em seu interior um princípio de incompletude e de incerteza (MORIN, 1998, p. 176-177).

Se é um desafio e não uma resposta, se comporta a incompletude e a incerteza, a complexidade pode ser compreendida como um pensamento que orienta perguntas cujas respostas, entretecidas em conjunto, podem não solucionar os problemas, mas contribuir decisivamente para sua compreensão. Morin compara a complexidade a uma tapeçaria composta por fios de linho, seda, algodão, lã e diferentes cores: para conhecer a realidade dessa tapeçaria, seria preciso conhecer as leis e princípios que dizem respeito a cada tipo de fio, mas apenas a soma dos conhecimentos sobre cada um deles seria insuficiente para conhecer a realidade nova do tecido, as qualidades e as propriedades dessa textura. A partir dessa metáfora, Morin descreve três etapas para compreender a complexidade: a) se a soma das propriedades dos fios não é suficiente para compreender as propriedades do conjunto da tapeçaria, pode-se depreender que *um todo é mais do que a soma das partes que o constituem*; b) no conjunto da tapeçaria, as qualidades de um ou outro tipo de fio podem não se exprimir plenamente, mantendo-se inibidas ou virtualizadas, o que indica que *o todo é menor que a soma das partes*; c) as duas etapas anteriores, paradoxais, dificultam o entendimento da complexidade, logo, *o todo é simultaneamente mais e menos que a soma das partes*. Nenhuma lei simples, portanto, é suficiente para explicar a realidade (MORIN, 2008).

A complexidade pode ser pensada a partir de três princípios: o *dialógico*, que considera a dualidade interna da unidade e permite a associação de dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos; o *da recursão organizacional*, pelo qual produtos e efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produzem rompendo com a ideia linear de causa/efeito, produto/produtor, estrutura/superestrutura; e o *hologramático*, que rejeita a disjunção simplificadora todo/partes e enfatiza a observação das emergências decorrentes da relação contínua entre o todo e as partes. Para Morin, as abordagens reducionistas tendem a focar na observação das partes separadamente, enquanto o holismo só enxerga o todo e despreza as singularidades. Pelo princípio hologramático, o

reconhecimento das emergências permite que se enriqueça o conhecimento das partes pelo todo e do todo pelas partes (MORIN, 2008).

Uma epistemologia complexa, nesse sentido, seria aquela na qual não há uma instância soberana que controla o saber de modo irreduzível e irremediável, e sim uma pluralidade de instâncias, cada uma delas com seus princípios de incerteza. “O problema da epistemologia é fazer comunicar essas instâncias separadas, fazer o circuito” (MORIN, 2000, p. 69). Tal epistemologia “toma forma a partir do conhecimento do conhecimento, que compreende o conhecimento dos limites do conhecimento” (MORIN, 2010b, p. 200-201).

Pena-Vega e Nascimento (2010) ressaltam o alcance da obra de Edgar Morin nas ciências humanas e sociais, na medida em que um determinismo rígido não parece mais suficiente para analisar e compreender a sociedade, as relações sociais e o comportamento humano. Para os autores, o paradigma determinista não dá conta de apreender as múltiplas faces da sociedade e seus problemas: as ciências humanas precisam abdicar da ideia de reduzir a complexidade do mundo, pois esta é inerente aos fenômenos. Somente a introdução da noção de complexidade, afirmam, pode conduzir a um necessário e inevitável restabelecimento do diálogo direto entre as disciplinas e entre o observador e o observado. No entanto, eles alertam para o risco de análises apressadas ou reducionistas acerca da ideia de pensamento complexo:

É indispensável recusar imediatamente a ingênua tentação de cair na situação caricatural do discurso puramente sedutor ou do efeito de moda, ou mesmo do pseudo-discurso científico de querer reduzir todo o conhecimento social à abordagem do pensamento complexo. Dito de outra forma: temos que nos imbuir de uma certa sofisticação para que não tenhamos uma atitude infantil em face da complexidade. Dessa forma, aqueles ou aquelas que creem que a complexidade é atualmente a nova versão da verdade mantêm-se, de fato, prisioneiros do pensamento simplificador da ciência clássica no que concerne à verdade científica (PENA VEGA; NASCIMENTO, 2010, p. 9).

Deve-se, portanto, buscar uma compreensão sofisticada e inteligente da complexidade, fugindo assim a uma possível “trivialidade esclerosante de tantos discursos escolásticos”, indica Le Moigne (2010, p. 47). O pensamento complexo não deve ser entendido como uma nova

“ciência por excelência”, mas pensado numa relação com a inteligência. Roger (2010) acrescenta que é um erro pensar na complexidade como múltiplos níveis e dimensões de conhecimento justapostos uns sobre os outros: eles devem ser pensados em inter-relações. “As complexidades antropológica, sociológica, ética, política, histórica (...) devem ser entendidas como diferentes faces e aspectos de um mesmo fenômeno: o fenômeno humano” (ROGER, 2010, p. 89).

O próprio Morin rejeita as acusações de que o pensamento complexo aspira à completude e à perfeição. Para o autor, dentro da ideia de complexidade reside, necessariamente, o confronto com a incerteza:

Tem-se a impressão de que sou alguém que elaborou um paradigma, tira-o do bolso e diz “eis o que se deve adorar e queimai as antigas tábuas da lei”. Assim, várias vezes me atribuíram a concepção de uma complexidade perfeita que oporei à simplificação absoluta. Ora, a própria ideia de complexidade comporta nela a impossibilidade de unificar, a impossibilidade de acabamento, uma parte de incerteza, uma parte de irresolubilidade e o reconhecimento do frente-a-frente final com o indizível (MORIN, 2008, p. 139).

A produção de conhecimento social a respeito desse mundo complexo, onde os fenômenos sociais devem ser interpretados a partir de múltiplas inter-relações, é um dos desafios do jornalismo na atualidade. Para dar conta dessa tarefa já não parece suficiente que a prática jornalística permaneça fiel à gramática positivista sobre a qual se estruturou (MEDINA, 2006; 2008a), nem tampouco que o campo de estudo do jornalismo permaneça aprisionado na visão objetivante do mundo, tratando simplifcadamente o fenômeno jornalístico, de modo isolado das outras disciplinas. Distinguir sem separar: a proposição de Edgar Morin para a organização do conhecimento pode ser apropriada pelo Jornalismo, como se sugere no próximo capítulo.

2 O JORNALISMO COMO FORMA SOCIAL DE CONHECIMENTO

Com o desenvolvimento das forças produtivas materiais e espirituais – e não apenas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação – há uma alteração histórica dos sentidos humanos, uma ampliação e um aprofundamento da percepção e das possibilidades do conhecimento em geral. O jornalismo, nesse sentido, é a cristalização de uma nova modalidade de percepção e conhecimento social da realidade através de sua reprodução pelo ângulo da singularidade (GENRO FILHO, 1989, p. 207).

Foi durante o processo de desenvolvimento das ciências sociais, nas primeiras décadas do século XX, que os meios de comunicação de massa começaram a assumir lugar estratégico na sociedade – e concomitantemente, em função desse destaque, tornaram-se objeto de interesse de estudiosos de diversas disciplinas que buscavam compreender este entre outros fenômenos. Também na primeira metade do século XX o jornalismo – ele próprio um fenômeno comunicacional – passava por transformações de ordem técnica, organizando-se em editorias, perseguindo a objetividade nos textos, adotando metodologias como o *lead* e separando de forma explícita, nas publicações, textos de opinião, textos noticiosos e publicidade. O desenvolvimento desses processos de comunicação trazia novas possibilidades de conhecimento para a vida social, como observa Genro Filho na epígrafe acima. E o jornalismo, particularmente, passou a ser observado enquanto forma de conhecimento social por alguns de seus pesquisadores pioneiros.

Grande parte desses estudos sobre o jornalismo, contudo, restringiam-se à análise do campo profissional e a descrições explicativas das práticas das redações, ou seja, prestavam mais atenção em questões estruturais da profissão, não alcançando uma abordagem propriamente epistemológica sobre o fenômeno. Esse ainda é um desafio da pesquisa em jornalismo, que, como observa Silva (2009, p. 7), tem dificuldades para definir seu objeto de estudo enquanto “construção teórica, concebida e alimentada pelos múltiplos objetos nos quais ele se manifesta empiricamente”. Nesse sentido, a proposta teórica formulada por Adelmo Genro Filho para uma teoria do jornalismo permanece original e promissora, apesar das limitações apontadas por alguns autores.

Para contextualizar essa discussão, inicialmente apresenta-se, neste capítulo, uma abordagem sobre a estruturação da comunicação enquanto disciplina científica no âmbito das ciências sociais, destacando-se o jornalismo dentro desse processo. Depois, são analisados os principais aspectos da teoria proposta por Adelmo Genro Filho para o Jornalismo, dando-se ênfase aos pontos de convergência com a ideia de pensamento complexo já discutida no capítulo 1.

2.1 Comunicação e Jornalismo em busca de legitimidade epistemológica

Como visto no capítulo anterior, as ciências sociais começaram a se estruturar institucionalmente no interior das universidades em revitalização, vivendo seu período de reconhecimento e consolidação entre 1850 e 1945. Nesse processo, delimitaram-se cinco disciplinas principais: num primeiro grupo, história e antropologia, de caráter *idiográfico*, ou seja, que voltam sua atenção para os fenômenos singulares, visando compreender sua especificidade e individualidade; em outro grupo, economia, sociologia e ciência política, de caráter *nomotético*, isto é, que procuram determinar as leis gerais que expressam a regularidade dos fenômenos. Enquanto a história e a antropologia podem ser consideradas *ciências do acontecimento*, a economia, a sociologia e a ciência política consolidaram-se como as *ciências da lei* dentro das ciências sociais, uma vez que buscam identificar fenômenos regulares, em sintonia com o método característico das ciências da natureza (WALLERSTEIN, 1996).

Ao mesmo tempo em que circunscreviam suas áreas de atuação, as diferentes disciplinas começaram também, em contextos específicos, a estabelecer diálogos inter e multidisciplinares. Para Wallerstein (1996), isso ocorreu com a emergência dos chamados *estudos por áreas*, desenvolvidos a partir do pós-guerra, que envolviam especialistas de diferentes filiações disciplinares em projetos de pesquisa comuns. A proposta desses estudos era reunir pesquisadores de quaisquer áreas, em especial das ciências sociais, interessados em desenvolver trabalhos no âmbito de sua disciplina própria sobre um determinado local. Esses estudos tinham, portanto, característica explicitamente multidisciplinar e motivações políticas bastante evidentes, visto que nessa época os Estados Unidos, além de se consolidarem como maior potência econômica mundial, também passaram

a ocupar lugar de destaque na produção científica¹³. A interação dessas experiências resultou em grandes consequências para as ciências sociais: os pesquisadores de inclinação nomotética encontraram-se com antropólogos, historiadores e estudiosos do Oriente, promovendo uma “fertilização recíproca” entre as distintas áreas. Inscritos inicialmente numa perspectiva multidisciplinar, a experiência dos estudos por áreas acabou por tornar evidente a artificialidade que existia nas divisões rígidas dos saberes das ciências sociais. Teve início, então, um processo de sobreposições entre as disciplinas, o que, segundo Wallerstein, teve duas consequências principais:

Não só se tornou cada vez mais complicado achar linhas de diferenciação nítidas entre elas, quer no que respeitante ao seu objeto concreto de estudo, quer no que concerne às modalidades de tratamento dos dados, como também sucedeu que cada uma das disciplinas se tornou cada vez mais heterogênea, devido ao alargamento das balizas dos tópicos de investigação considerados aceitáveis. Esse fato levou a que internamente se questionasse a coerência das disciplinas e a legitimidade das premissas intelectuais de que cada uma delas havia lançado mão na defesa do seu direito a uma existência autônoma. Uma das formas de lidar com essa situação foi a tentativa de criar novas designações “interdisciplinares”, como sejam os estudos da comunicação, as ciências da administração e as ciências do comportamento (WALLERSTEIN, 1996, p. 73).

O surgimento dos primeiros estudos voltados especificamente ao fenômeno da comunicação de massa no âmbito das ciências sociais é decorrente do rápido desenvolvimento e da crescente importância assumida pelos meios de comunicação social. Como observa Lopes (2005), o campo da Comunicação entrou em processo de autonomização científica de forma concomitante com a constituição da chamada cultura de massas, que tem como principais agentes os meios de comunicação de massa. No Brasil, especificamente, o estudo sistemático dessa disciplina é decorrência direta “da presença do vigoroso fenômeno da comunicação de massa – em pleno

¹³ Nesse contexto, os Estados Unidos assumiram lugar de destaque em substituição aos países europeus, onde o conhecimento científico desenvolveu-se e consolidou-se durante a era moderna. Para maiores detalhamentos acerca dessa transição e as condições de surgimento dos estudos por áreas, ver o capítulo II do relatório “Para abrir as ciências sociais” (WALLERSTEIN, 1996).

desenvolvimento desde a década de 50” (LOPES, 2005, p. 17). Embora, como aponta a autora, o campo tenha um objeto de estudo específico – os fenômenos comunicacionais na sociedade –, as interfaces entre diferentes áreas de conhecimento dentro desse campo são evidentes desde o início do processo de autonomização da Comunicação como disciplina. A. e M. Mattelart (1999, p. 9) observam que os processos de comunicação situam-se “na encruzilhada de várias disciplinas” e suscitaram, nos estudos pioneiros a seu respeito, o interesse de diferentes ciências como a filosofia, a história, a psicologia e a ciência política, mas, por outro lado, a constituição da Comunicação enquanto campo autônomo e legítimo envolveu ao mesmo tempo a busca por modelos de cientificidade análogos aos das ciências da natureza. Para os autores, isso gerou tensões e antagonismos que conduziram à formação de diferentes escolas e tendências nesse campo.

Descrever as diferentes correntes teóricas dos estudos de Comunicação numa linha cronológica é, portanto, um trabalho desafiador, como ponderam autores como Wolf (2001) e A. e M. Mattelart (1999). Isso porque, na análise de Wolf, a comunicação é um objeto de estudo que muda constantemente de forma, na medida em que novos problemas surgem e atravessam perspectivas e disciplinas. “Daí resultou um conjunto de conhecimentos, métodos e pontos de vista tão heterogêneos e discordantes que tornam não só difícil mas porventura também insensata qualquer tentativa para se conseguir uma síntese satisfatória e exaustiva” (WOLF, 2001, p. 13). Para A. e M. Mattelart, a dificuldade de se abordar a história das teorias da comunicação numa ordem cronológica reside principalmente na característica circular das problemáticas de pesquisa na área:

Fluxo e refluxo de problemáticas impedem que se conceba essa trajetória de modo linear. (...) Antigos debates sobre objetos e estratégias de estudo, há muito julgados resolvidos e ultrapassados, repentinamente voltam a surgir, pondo em questão modos de inteligibilidade e regimes de verdade hegemônicos durante décadas. A recuperação do olhar etnográfico nos anos oitenta, por ocasião da crise das visões totalizantes da sociedade, é um de seus mais impressionantes exemplos (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 10).

Contudo, os autores concordam que é possível sistematizar as tendências mais difundidas que podem ser consideradas *tradições de estudo*. Essa sistematização é necessária para a compreensão do processo de consolidação da Comunicação como campo de estudo e, para a presente

pesquisa, é fundamental para que se situe a emergência dos Estudos de Jornalismo no âmbito dessas teorias.

Em obra considerada referência na área, Wolf salienta que os meios de comunicação são, simultaneamente:

um importantíssimo setor industrial, um universo simbólico objeto de um consumo maciço, um investimento tecnológico em contínua expansão, uma experiência individual cotidiana, um terreno de confronto político, um sistema de intervenção cultural e agregação social, uma maneira de passar o tempo, etc. (WOLF, 2001, p. 13).

Esse caráter mutante e multifacetado se reflete na forma de estudar os fenômenos da comunicação. A tradição de análise que o autor denomina como *communication research* “acompanhou os diversos problemas que iam aflorando, atravessando perspectivas e disciplinas, multiplicando hipóteses e abordagens” (WOLF, 2001, p. 13). Em seu levantamento das principais tradições de estudo, publicado em meados dos anos 1980, o autor identifica inicialmente oito momentos principais nos quais os estudos de comunicação se desenvolveram, a partir dos primeiros anos do século XX: *teoria hipodérmica*, que considera que o público é atingido e manipulado pela mensagem da mídia, que inocula essa mensagem nas mentes das pessoas; *teoria ligada à abordagem empírico-experimental*, que leva em conta os fatores pessoais que o destinatário ativa para interpretar a mensagem da mídia, sendo persuadido por essa mensagem; *teoria derivada da pesquisa empírica de campo*, que continua preocupada com os efeitos dos meios de comunicação, mas considera sua influência sobre o público (suavizando o foco em relação às teorias que se preocupavam com a manipulação e persuasão); *teoria de base estrutural-funcionalista*, que explicita as funções exercidas pela mídia, como, por exemplo, a de reforçar as normas sociais; *teoria crítica*, que inaugura a noção de indústria cultural e considera que as mensagens da mídia visam diretamente à manipulação do público; *teoria culturológica*, que se preocupa de maneira mais ampla com a nova forma de cultura contemporânea, na qual os meios de comunicação são estudados a partir da relação entre o consumidor e o

objeto de consumo¹⁴; *estudos culturais*, que consideram as estruturas sociais e o contexto histórico enquanto fatores essenciais para se compreender a ação da mídia; e *teorias comunicativas*, que afirmam que as comunicações de massa, enquanto fenômeno coletivo, podem ser estudadas dentro de uma teoria social geral, não necessitando de escola específica¹⁵. Entre as tendências mais recentes, que se estabeleceram a partir da década de 1970, o autor destaca duas: primeiro, os *estudos dos efeitos a longo prazo*, que deixam de se preocupar com os efeitos em curto prazo e passam a investigar como a mídia provoca mudanças no modo como os indivíduos representam a realidade (caso, por exemplo, da teoria do *agenda setting*); segundo, os *estudos sobre os emissores e sobre os processos produtivos nas comunicações de massa*, que se preocupa essencialmente com os produtores de notícias (caso das teorias do *gatekeeper* e do *newsmaking*, por exemplo). Wolf salienta que na segunda metade dos anos 1970, quando identifica uma “viragem” para novas perspectivas teóricas, a complexidade do objeto de investigação da Comunicação tornou-se praticamente um consenso entre seus principais estudiosos, que identificavam uma profunda crise na área.

Nessa discussão, a crítica mais difundida referia-se à impossibilidade de se conseguir uma síntese significativa dos conhecimentos acumulados, uma sistematização orgânica desses conhecimentos num conjunto coerente. Um crescimento, quantitativamente relevante mas desordenado, de análises e pesquisas, não conseguia transformar-se num corpo homogêneo de hipóteses verificadas e de resultados congruentes. A fragmentação – transformada, por vezes, a nível subjectivo, em desinteresse por este tipo de estudos – constituía um obstáculo difícil de transpor, sobretudo por dois aspectos. Em primeiro lugar, no que diz respeito à questão da definição da área temática dos estudos sobre os meios de comunicação mais pertinente; em segundo lugar, no que respeita ao que deveria ser a base doutrinária capaz de unificar a *communication research*. Por outras palavras, o que estudar e como estudá-lo (WOLF, 2001, p. 14-15).

¹⁴ Wolf aponta Edgar Morin, com a obra “O espírito do tempo”, como um dos principais representantes dessa linha de estudos.

¹⁵ Nessa perspectiva, Wolf enquadra a teoria da informação, o modelo semiótico-informacional e o modelo semiótico-textual (ver WOLF, 2001, p. 110-132).

O desafio, para Wolf, consistia em determinar um nível privilegiado de análise que permitisse homogeneizar a área de estudos, além de elaborar uma abordagem teórica que combinasse hipóteses e metodologias próprias. O autor destaca dois pontos fracos da área: em primeiro lugar, a não inserção das pesquisas num projeto de longo prazo e a preocupação maior com projetos *ad hoc*, ligados a contingências específicas e exigências imediatas; depois, a dificuldade de estabelecer relações entre os meios de comunicação de massa e a sociedade no seu conjunto, que levava as pesquisas a situar os *mass media* em contextos vagos ou, do contrário, a relacioná-los diretamente a objetivos explícitos de manipulação. Wolf salienta que a consciência desses limites percorreu “subterraneamente” quase todo o percurso de desenvolvimento da *communication research*, “dele representando uma constante tensão crítica” (WOLF, 2001, p. 15). O autor cita como exemplo dessa visão crítica o pesquisador norte-americano Raymond Bauer, que no final dos anos 1950 defendia que a caracterização das pesquisas de Comunicação desde seu início não ocorreu em função das grandes hipóteses teóricas, mas sim pela variedade das abordagens metodológicas:

As abordagens iniciais comportavam hipersimplificações necessárias que se tornaram claras apenas porque as abordagens prosseguiram até ao ponto em que revelaram os seus próprios limites. O resultado não foi apenas o reconhecimento da complexidade dos processos comunicativos, foi também uma deslocação (sic) do interesse para a essência das questões e um menor empenho nas estruturas de investigação específicas (BAUER, 1964, p. 528 apud WOLF, 2001, p. 16).

Para Wolf, a consciência de que os problemas relativos aos *mass media* requerem uma abordagem sistemática e complexa é uma das linhas unificadoras do setor. Outra linha que se destaca é a que opõe a pesquisa administrativa e a pesquisa crítica – a primeira, desenvolvida predominantemente nos Estados Unidos e de base empírica; a segunda, mais fortemente praticada na Europa e com forte orientação teórica. Wolf afirma que essa oposição revelou-se pouco produtiva e acabou sendo superada a partir de três diretrizes: o predomínio da abordagem sociológica nos estudos da comunicação, o reconhecimento da necessidade de estudos multidisciplinares dentro desse quadro sociológico e a mudança da perspectiva temporal deste âmbito de pesquisa – que passa a se preocupar

mais com as consequências a longo prazo do consumo das mídias de massa, e menos com as consequências imediatas (WOLF, 2001).

O consenso em torno da complexidade do fenômeno comunicacional e da dificuldade de se desenvolver estudos nessa área por apenas uma ciência ou disciplina também é apontado por Lopes (2005), que pondera: embora ainda não se tenha atingido uma síntese explicativa do fenômeno, ou seja, não se tenha produzido ainda uma ciência da comunicação, não se pode duvidar das possibilidades de desenvolver esse campo de estudo.

Se nos voltarmos para a história das Ciências Sociais e Humanas, veremos que o problema da integração teórica de todas e em cada uma dessas ciências também está longe de ser resolvido. O que acontece na Sociologia, na Política, na Antropologia, na Psicologia, na História etc. é a mesma diversidade de paradigmas que originaram teorias diversas e até conflitantes entre si e que aí estão hoje realizando-se em escolas, tendências, linhas etc., dentro de cada uma das Ciências Sociais. Se não existe integração teórica nessas ciências, como esperar que exista no campo da Comunicação? (LOPES, 2005, p. 105).

Outro aspecto destacado por Lopes acerca das relações entre a Comunicação e as Ciências Sociais é a multidimensionalidade do fenômeno da comunicação. Se um campo ou disciplina é determinado a partir de seu objeto, a autora considera que, no caso da Comunicação, tal determinação ocorre a partir de um objeto multifacetado que faz referência a diferentes aspectos. “Por isso, a emergência da ‘Comunicação’ dentro do quadro das Ciências Sociais se faz em função da delimitação de um novo objeto de estudo” (LOPES, 2005, p. 107). A especificidade da comunicação se firma, portanto, a partir de sua constituição como um novo campo de problemas interdisciplinares. A autora recorre ao filósofo tcheco Karel Kosik para situar a especificidade da Comunicação como um campo interdisciplinar no âmbito das Ciências Sociais, cuja existência é fundamentada epistemologicamente, afirma, a partir da ideia de unidade e totalidade do social. Para Kosik, a crescente especialização da ciência em diferentes disciplinas torna mais transparente as diferenças entre os campos do real. “Portanto, de acordo com o autor, o problema da unidade da Ciência é o problema da unidade do mundo. Esta compreensão da unidade do real é também a compreensão da especificidade de cada campo do real” (LOPES, 2005, p. 107). A especificidade da Comunicação como campo, afirma

Lopes, deve ser compreendida a partir dessa ideia de unidade e totalidade do social:

Se historicamente nas Ciências Sociais a interdisciplinaridade envolve a ideia de totalidade, modernamente implica a ideia de integração. Entretanto, a função da interdisciplinaridade não é passar uma visão integrada de todo o conhecimento social, mas sim desenvolver um processo de pensamento que, a partir de novos objetos de conhecimento, como a Comunicação, busque uma nova síntese disciplinar. Coloca-se a possibilidade dessas novas sínteses constituírem novas disciplinas científicas nas quais a integração do conhecimento é sempre tentativa e virtual (LOPES, 2005, p. 107-108).

Em termos metodológicos, afirmar que a Comunicação é uma disciplina com vocação interdisciplinar significa dizer que a pesquisa em Comunicação deve recorrer a diferentes métodos e referenciais teóricos para compreender os fenômenos que são seu interesse. No entanto, Lopes observa que a complexidade do objeto induz a “uma perigosa tendência a abordagens segmentárias e reducionistas” (LOPES, 2005, p. 109), ou seja, a estudos que buscam explicar determinado fenômeno a partir de apenas um entre seus múltiplos aspectos. Em seu desenvolvimento, disciplinas como a Antropologia e a Semiologia particularizaram métodos como estudo de comunidade, no caso da primeira, e análise de discurso, para a segunda. Já a Comunicação, por sua natureza interdisciplinar, deve recorrer a vários níveis e não pode ter, por isso, um método privilegiado, sustenta Lopes (2005, p. 109):

[A Comunicação] Deveria fazer uso da multiplicidade de métodos disponíveis, sempre a partir da problemática específica que constitui seu objeto de estudo. Isso introduz fatores de incertezas e de legitimidade quanto aos métodos a usar. Também introduz a perigosa tendência de reduzir o objeto aos níveis mais facilmente manejáveis, como ocorre com o enfoque da Sociologia ou da Psicologia Social. Mais ainda, o privilégio de um método pode não favorecer ou dispor ao trabalho interdisciplinar que deve ser o ponto de partida de qualquer estudo no campo da Comunicação.

Em texto posterior¹⁶, Lopes (2003) passa a afirmar o caráter transdisciplinar¹⁷ do campo acadêmico da Comunicação e da disciplina propriamente dita. “No Brasil, a institucionalização dos estudos de comunicação como campo acadêmico é concomitante a uma progressiva afirmação de seu estatuto transdisciplinar” (LOPES, 2003, p. 290), observa, acrescentando que esse estatuto não é um caso isolado, mas está inserido no movimento de reconstrução histórica das ciências sociais, que, como aponta o relatório da Comissão Gulbenkian (WALLERSTEIN, 1996), caminha no sentido do diálogo entre as diferentes disciplinas. A percepção da Comunicação como uma área transdisciplinar ocorre em um momento histórico particular de explosão da importância dos estudos de comunicação, segundo a autora, uma vez que os fenômenos comunicacionais são cada vez mais colocados no centro da sociedade contemporânea.

Se os fenômenos da comunicação provocaram mudanças na sociedade a ponto de justificar o interesse acadêmico a seu respeito e, mais do que isso, o desenvolvimento de uma ciência com estatuto epistemológico próprio e natureza transdisciplinar, é importante situar, nesse contexto, o surgimento do interesse acadêmico específico pelo

¹⁶ A primeira edição do livro “Pesquisa em Comunicação”, de Maria Immacolata Vassalo de Lopes, foi publicada pela Edições Loyola em 1990. No presente trabalho, utilizou-se a nona edição da obra, datada de 2005. Já o artigo “A disciplinarização da comunicação” foi publicado pela autora em 2003, e é a primeira edição desse material que aparece referenciada neste trabalho.

¹⁷ Martín-Barbero (2003) diferencia de forma clara as noções de *multi*, *inter* e *transdisciplinaridade*, termos muitas vezes abordados como sinônimos. Para o autor, a transdisciplinaridade não é contrária às disciplinas, mas complementar a elas, e implica uma abertura da disciplina a outros saberes. Mais do que isso, a disciplina se quebra: “Transdisciplinar significa um movimento não de mera descentralização, mas de descentramento do disciplinar, movimento de abertura não meramente tática mas de perda de fé em si mesma, que é o que acontece quando uma disciplina começa a sentir que não é dona de seu objeto” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 11). Já a interdisciplinaridade é uma etapa anterior: implica a transposição de métodos entre as disciplinas, o que afeta o estatuto disciplinar de forma profunda, por transformar o funcionamento da disciplina. Já o multi ou pluridisciplinar está relacionado com a ação de integrar saberes de uma disciplina a outra disciplina, mas sem romper a fronteira entre elas. A *inter* e a *transdisciplinaridade*, portanto, implicam interações e intercâmbios de ordem teórico-metodológica entre diferentes disciplinas, ao passo que a *multidisciplinaridade* se restringe ao aporte de dados ou resultados da pesquisa de uma disciplina por outra, sem interferência no âmbito de ambas.

fenômeno jornalístico. Assim como a Comunicação de maneira mais ampla, os primeiros estudos¹⁸ que buscam compreender o jornalismo enquanto fenômeno social foram empreendidos por pesquisadores de diferentes áreas, como a Sociologia, a Psicologia ou a História.

Atribui-se ao alemão Otto Groth, no início do século XX, o primeiro esforço teórico para explicar, numa disciplina autônoma, o fenômeno jornalístico na modernidade. Nascido em 1875, Groth dedicou sua vida à prática e ao estudo do jornalismo e tinha o propósito de obter o reconhecimento de uma ciência jornalística independente. Começou a produzir sua primeira obra com esse intento em 1910, apoiado por Max Weber, seu professor nas faculdades de Economia Política e Direito. Em quatro volumes, *Die zeitung* (“O jornalismo”, em alemão) tornou-se a obra modelo da ciência jornalística proposta por Groth. Nas décadas seguintes, persistiu em seu objetivo ao lançar, em seis volumes, a obra “O desconhecido poder da cultura: fundamentação da ciência jornalística” entre os anos de 1960 e 1965. O autor empenha-se em delimitar a ciência jornalística e diferenciá-la de outras modalidades da comunicação, principalmente a publicidade. Uma importante contribuição de Otto Groth é a observação das quatro características estruturais do jornalismo – designado pelo autor com o termo genérico *periodik*, ou “periódico”: periodicidade, universalidade, atualidade e difusão (FAUS BELAU, 1966).

Groth é um dos pioneiros entre diversos outros estudos de comunicação que procuravam compreender o fenômeno jornalístico ao longo do século XX. Entre esses estudos, destacam-se as teorizações feitas pelo sociólogo norte-americano Robert Park (1864-1944) sobre o jornalismo no âmbito da Escola de Chicago. Tendo atuado como jornalista no início do século XX, Park introduziu metodologias do trabalho de

¹⁸ O primeiro estudo acadêmico conhecido sobre o jornalismo foi desenvolvido no século XVII pelo alemão Tobias Peucer (2004), na Universidade de Leipzig. Em “Os relatos jornalísticos”, publicado originalmente em 1690, o autor demonstra perceber a crescente importância do jornalismo na sociedade da época em que os primeiros jornais diários começavam a se estruturar. Procura também apontar critérios éticos e técnicos para as notícias na época em que a era moderna ainda se configurava. Esse estudo pioneiro, desenvolvido antes da estruturação das ciências nas diretrizes do paradigma cartesiano, é considerado um ponto seminal da tradição de pesquisa em jornalismo da Alemanha, tradição esta seguida posteriormente por Otto Groth e sua proposta de constituição de uma ciência jornalística independente.

repórter na pesquisa acadêmica e lançou um olhar epistemológico sobre o jornalismo com o texto “A notícia como forma de conhecimento”, publicado em 1940 (PARK, 1970). Nele, Park caracteriza a notícia com base em dois tipos de conhecimento: o “conhecimento de” (*acquaintance with*), sensitivo, decorrente de hábitos e rotinas, portanto não científico; e o “conhecimento acerca de” (*knowledge about*), preciso e sistemático, portanto científico. Para o autor, as notícias – termo que ele utiliza genericamente para designar o produto jornalístico da mídia impressa diária, incluindo o gênero hoje conhecido como reportagem – situam-se em um lugar intermediário entre o *conhecimento de* e o *conhecimento acerca de*. Ressalta que a notícia não cuida do passado, portanto não é história: cuida apenas do presente, portanto é “mercadoria sumamente perecível” (PARK, 1970, p. 175). Enquanto o interesse da História pelos acontecimentos envolve a tarefa de situá-los no tempo, no jornalismo os acontecimentos são registrados de forma isolada: o jornalista, para Park, “só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida em que estes projetam luz sobre o real e o presente” (PARK, 1970, p. 174). Ou seja, passado ocorrido e futuro projetado só interessam ao jornalismo na medida em que colaboram para colocar o fato presente em contexto.

A visão de Park é pioneira ao estabelecer uma relação entre jornalismo e conhecimento, perspectiva central neste trabalho. Para Ponte (2005), o texto “A notícia como forma de conhecimento” destaca-se como primeira reflexão epistemológica sobre o jornalismo. Entre os aspectos promissores da proposta de Park na direção de uma teoria do Jornalismo, Ponte enfatiza a atenção aos processos de seleção das notícias, uma antecipação aos estudos de noticiabilidade e de valor-notícia, a ênfase à contribuição das notícias para a construção de uma cultura partilhada e a observação de que não só os eventos inesperados são noticiados, mas também aqueles de interesse humano ou fatos corriqueiros e cíclicos.

O trabalho de Park é, portanto, um marco dos estudos epistemológicos sobre o jornalismo e reconhecido, também, como um esforço no sentido de compreender esse fenômeno social em termos epistêmicos, o que atribuiria ao Jornalismo, enquanto campo de estudo, um status científico próprio. Neste trabalho, que busca identificar as contribuições da epistemologia da complexidade para a epistemologia do Jornalismo, interessam de maneira especial abordagens como a de Park, que têm origem em outras áreas das Ciências Sociais e se dedicam ao Jornalismo de modo especial, a partir de contribuições dessas áreas. Além de Park, autores como Walter Lippmann, com a tese de que os jornalistas deveriam recorrer ao método científico para atingir a objetividade, e David

White, que importou da Psicologia a teoria do *gatekeeper*, são exemplos dessas tendências interdisciplinares. Da mesma forma, o sociólogo Warren Breed introduziu a interferência da organização empresarial sobre a atividade do jornalista, assim como as ondas de protesto que se multiplicaram por vários países nos anos 1960 fizeram emergir abordagens ideológicas sobre o jornalismo, como analisa Traquina:

Na nova fase de investigação, a relação entre jornalismo e a sociedade conquista uma dimensão central: o estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, e a capacidade do Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria *teoria democrática* (TRAQUINA, 2004, p. 161, grifo do autor).

Outras perspectivas teóricas sobre o jornalismo estruturadas no terreno da Comunicação são abordadas e analisadas por autores como Wolf (2001), A. e M. Mattelart (1999), Traquina (2004), Sousa (2002) e Ponte (2005): as teorias do espelho, construcionista, estruturalista, do *newsmaking*, do *agenda-setting*, dos usos e gratificações e a teoria crítica – que considera os produtos noticiosos como integrantes da indústria cultural e ainda hoje tem grande aceitação. Também as contribuições de Berger e Luckmann (1985) com a noção de construção social da realidade são tidas como relevantes para a compreensão do jornalismo – embora em sua principal obra esses autores não falem diretamente do jornalismo ou da mídia. Esta dissertação pretende destacar com mais ênfase as propostas que relacionam jornalismo e conhecimento e que apresentem possibilidades de diálogo com o pensamento complexo, sem a intenção, contudo, de elaborar uma revisão exaustiva de todas as teorias que surgiram a partir de estudos interdisciplinares. Dessas propostas, tem grande relevância a perspectiva inaugurada por Adelmo Genro Filho (1989), autor central neste trabalho, que toma o jornalismo como forma de conhecimento cristalizada no singular.

2.2 A proposta de Adelmo Genro Filho para uma teoria do Jornalismo

Os primeiros registros da inquietação de Adelmo Genro Filho quanto à necessidade de pensar epistemologicamente o jornalismo são da década de 1980, época em que publicou nos jornais do município de Santa

Maria (RS) artigos que buscavam uma elaboração conceitual acerca da imprensa, da notícia e da natureza do fenômeno jornalístico. No texto “Sobre a necessidade de uma teoria do jornalismo”, no qual essa preocupação aparece expressa de forma direta no título, Genro Filho problematiza o conceito corrente de jornalismo, de cunho funcionalista, que o define como “uma forma sistemática de transmissão de informações ao conjunto da sociedade ou a parcela significativa desta, através de veículos de recepção coletiva” (GENRO FILHO, 2004a, p. 160). O autor critica essa concepção por não situar historicamente o fenômeno e por não desvendar seu significado ou suas relações com o processo social global. Enfatiza ser essencial estabelecer uma distinção entre jornalismo e imprensa: enquanto a imprensa é o corpo material dessa prática, o jornalismo “é a natureza da informação que surge em função destes meios e das necessidades sócio-políticas de um período histórico” (GENRO FILHO, 2004a, p. 160). Delineia o conceito a partir de um aprofundamento teórico que considera também que: a) o jornalismo não pode ser restrito a um fenômeno meramente ideológico; b) o jornalismo faz parte, como estrutura, da base da sociedade; e c) a comunicação jornalística tem uma natureza própria, distinta da comunicação estética, científica ou interpessoal.

Portanto, uma teoria do jornalismo teria de delimitar claramente a natureza dessa informação, suas leis e suas relações com o desenvolvimento e transformação social. Por isso, parece fundamental transformar o conceito de jornalismo, superar seu “status” explicativo ou adjetivo e transformá-lo num conceito totalizante, pois o fenômeno possui unidade e conteúdos próprios, além de grande importância nas relações sociais. (...) A necessidade de uma teoria geral do jornalismo, que explique melhor o fenômeno historicamente, que o reconheça enquanto estrutura específica de comunicação, situando nessa totalidade que hoje são operacionalizados, parece uma proposição estritamente válida. Isto implicaria numa redefinição de conceitos como “notícia”, “reportagem”, “editorial”, etc. e no questionamento de seus aspectos estruturais e do próprio conteúdo. Desde os chamados “atributos da notícia”, como atualidade, veracidade, curiosidade, proximidade e outros, até as questões estruturais do “lead” precisariam ser rediscutidos em função de uma compreensão globalizante (GENRO FILHO, 2004a, p. 162).

Em outro texto da mesma época, Genro Filho avança na reflexão anterior e propõe um conceito de jornalismo que refuta o que ele chama de “graves distorções teóricas”, como a aplicação mecânica da Teoria da Informação ao jornalismo, por exemplo. Um exemplo de distorção é a velha anedota que afirma que um cão morder um homem não é notícia, mas um homem morder um cão é. Por esse raciocínio, prossegue, a ocorrência de torturas a presos políticos no Chile, fato comum na época da escrita do texto, seria uma notícia menos importante do que um homem que mordesse um cão. Segundo afirma, essas distorções têm origem na falta de compreensão a respeito da “especificidade do sistema social e do homem como síntese dos diversos níveis de sua existência, isto é, sua natureza biológica, antropológica e sobretudo histórica (econômica, política, ideológica e cultural)” (GENRO FILHO, 2004b, p. 164). A partir dessas reflexões, o autor propõe uma definição de jornalismo:

O jornalismo é um processo sistemático de transmissão coletiva de informações cristalizadas em eventos singulares, historicamente determinado pelo desenvolvimento das relações capitalistas e pela decorrente complexificação da sociedade e diversificação dos papéis sociais (GENRO FILHO, 2004b, p. 165).

Para o autor, a cristalização da informação nos eventos singulares só pode ser compreendida a partir do estabelecimento de relações entre o conceito de singularidade e outros que estão a ele indissolivelmente ligados: particularidade e universalidade. Esses três conceitos são “categorias do pensamento que representam aspectos objetivos da realidade” e cada um deles “é o reflexo verdadeiro de uma das diferentes dimensões da realidade, que contém em si as demais. São formas de existência da natureza e da sociedade que se contém reciprocamente e se expressam através dessas categorias” (GENRO FILHO, 2004b, p. 165). Genro Filho sustenta que o singular é a matéria prima do jornalismo, a sua forma, e que o critério de valor da informação depende da universalidade que esta contém. Os fenômenos singulares não existem isoladamente, mas contêm sempre conteúdos de particularidade e universalidade que precisam ser expostos para que sejam compreendidos. O singular, para o autor, “é a forma do jornalismo, não seu conteúdo” (GENRO FILHO, 2004b, p. 166). Só a partir da relação do singular com as outras duas categorias o conteúdo se contextualiza e se expõe.

Nesses dois textos sucintos, Genro Filho apresenta uma síntese das ideias desenvolvidas com maior profundidade em sua principal obra, “O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo”, publicada em 1987 a partir de sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais. A motivação do autor para o desenvolvimento de sua tese, considerada um marco por apresentar uma leitura epistemológica a respeito do fenômeno jornalístico, era, na época, a grande defasagem entre a prática do jornalismo e as teorizações feitas em torno dela. A proposta de Genro Filho era uma teoria que lançasse “uma ponte com mão dupla entre a teoria e a prática. Em geral, as teorizações acadêmicas oscilam entre a obviedade dos manuais, que tratam apenas operativamente das técnicas, e as críticas puramente ideológicas do jornalismo como instrumento de dominação” (GENRO FILHO, 1989, p. 13).

Perante essa incomunicabilidade entre teoria e prática, o autor busca refletir sobre o significado político e social da atividade jornalística. Entende o jornalismo como “uma forma social de conhecimento, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção” (GENRO FILHO, 1989, p. 14). As ideias de uma “teoria marxista” para o jornalismo e de um “jornalismo revolucionário” permeiam toda a obra do autor, que critica com veemência as perspectivas teóricas que veem o jornalismo como mero instrumento de dominação criado pelo sistema capitalista e a serviço dele. Afirmar Genro Filho que o jornalismo não surgiu apenas como necessidade ideológica de uma burguesia em ascensão, que tinha o intuito de propagar suas ideias, homogeneizar comportamentos ou impulsionar o consumo – fatores que considera complementares às condições históricas que originaram o jornalismo. A causa fundamental, afirma, foi a complexificação da sociedade, decorrente do desenvolvimento capitalista, e a diversificação dos papéis sociais, processos que tornaram o sistema de informação interpessoal insuficiente. “Disso, pode-se concluir que o jornalismo tem uma função social historicamente determinada que pode extravasar os interesses ideológicos da classe que o gerou” (GENRO FILHO, 2004b, p. 167).

Embora tenha surgido num contexto de ascensão da burguesia e de estruturação das sociedades modernas – contexto que, como visto no capítulo 1, também é marcado pelo desenvolvimento das ciências –, o jornalismo, para o autor, tem potencial revolucionário. Em seu percurso teórico, Genro Filho critica a abordagem funcionalista e a teoria geral dos sistemas, além de problematizar com ênfase a teoria crítica da Escola de Frankfurt, tradição que “é um espectro que ronda as abordagens sobre o

jornalismo” (GENRO FILHO, 1989, p. 126). Optando pela via da aproximação excludente, vai refutando uma a uma as abordagens teóricas sobre o jornalismo para, finalmente, desenvolver sua proposta.

Genro Filho assume uma postura epistemológica ao propor a ideia de tratar da singularidade dos fatos a partir de um ponto de vista teórico, considerando-a num sentido filosófico. O autor transpõe as categorias hegelianas singular, particular e universal, adotadas por Lukács para elaborar uma teoria da arte, à sua teoria do Jornalismo. Esses conceitos, afirma, expressam conexões lógicas fundamentais do pensamento e dão conta de produzir conhecimento a partir das relações que estabelecem entre si. Se o conhecimento científico aspira ao universal, e a arte, ao particular, o jornalismo tem sua força na *singularidade*:

Por mais específico que seja o objeto e por mais especializado que seja o saber, o conhecimento científico aspira sempre ao universal. Ele se projeta nessa aspiração e recebe sempre sua formulação adequada com base na busca da determinação de uma pluralidade ilimitada. (...) A particularidade se propõe no contexto de uma atmosfera subjetiva mais abstrata no interior da cultura, a partir de pressupostos universais geralmente implícitos, mas de qualquer modo naturalmente constituídos na atividade social. Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. Como ponto de cristalização que recolhe os movimentos, para si convergentes, da particularidade e da universalidade (GENRO FILHO, 1989, p. 160).

O autor pondera que, no caso da arte, a singularidade é arbitrária e serve como ponto de partida no caminho da criação estética, cujo objetivo é superar o singular e atingir o particular estético. Já para o jornalismo a singularidade não é arbitrária: “é um ponto de chegada que coincide com a superação do particular e do universal, que sobrevivem enquanto significados no corpo da notícia e sob a égide do singular” (GENRO FILHO, 1989, p. 161).

As categorias hegelianas singular, particular e universal, entendidas em suas relações entre si, fornecem as bases fundamentais para a formação da teoria do Jornalismo de Genro Filho. Para entender a cristalização da informação jornalística no singular, o autor pondera que é indispensável

relacionar esse conceito com os demais, que estão indissoluvelmente ligados a ele. Essas três categorias lógicas, que representam aspectos objetivos da realidade, atuam em relação dialética. Cada um desses conceitos é uma expressão de diferentes dimensões do real e, ao mesmo tempo, compreende em si os demais.

No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal, dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva (GENRO FILHO, 1989, p. 162).

A matéria-prima do jornalismo, portanto, é o singular. Os critérios de abordagem do jornalismo informativo estão necessariamente ligados à reprodução de um evento pelo ângulo da singularidade, mas o conteúdo da informação estará associado à particularidade e à universalidade que envolvem aquele evento. O autor ilustra essa concepção com a ideia de recolocar de pé a pirâmide invertida, ícone que representa, nos manuais de jornalismo, a estrutura do *lead*, que organiza as informações de maneira decrescente de importância em um texto de notícia. Para Genro Filho, há alguma legitimidade na ideia de informações organizadas dessa maneira. Sob um ponto de vista descritivo, o *lead* constitui-se no núcleo singular da informação e “encarna realmente o momento jornalístico mais importante” (GENRO FILHO, 1989, p. 181). Mas, *do ponto de vista epistemológico*, a pirâmide deve ser posicionada em pé, de modo que a notícia caminhe não do mais importante para o menos importante, mas do singular na direção do particular e do universal. O cume da pirâmide constituiria o núcleo singular da notícia, enquanto a base representaria o particular. O universal constitui-se na projeção ideológica e ontológica da notícia, não estando representado graficamente na pirâmide do autor. Para Genro Filho, a pirâmide invertida restringe-se a uma descrição formal, empírica, que não capta a essência do jornalismo.

Genro Filho afirma que o jornalismo inaugura uma nova possibilidade epistemológica. Corresponde à “cristalização de uma nova modalidade de percepção e conhecimento social da realidade através de sua reprodução pelo ângulo da singularidade” (GENRO FILHO, 1989, p. 207). Na medida em que os eventos singulares são reconstruídos em um contexto particular, que por sua vez remete ao universal, evidencia-se aí a

possibilidade de que o jornalismo, entendido como forma de conhecimento do mundo, construa uma leitura crítica da realidade e ofereça essa leitura, com novas possibilidades de crítica, ao público que consome as notícias.

Muitas das críticas feitas ao trabalho de Genro Filho identificam certo preconceito do autor em relação a Robert Park – ao afirmar, por exemplo, que para Park o conhecimento produzido pelo jornalismo é necessariamente acrítico – e apontam como datadas as expressões de militância marxista usadas à exaustão pelo autor. No intuito de contribuir para uma problematização dos conceitos propostos por Genro Filho, Pontes e Karam (2009) questionam a pertinência de se aplicar a categoria da singularidade apenas ao texto informativo, uma vez que o opinativo também é jornalístico: “A singularidade teria uma potencialidade muito mais ampla se articulada a todos os gêneros textuais do Jornalismo” (PONTES; KARAM, 2009, p. 160). Os autores também indicam algumas inconsistências na revisão bibliográfica da obra “O segredo da pirâmide”. Em outro trabalho, Pontes (2009) pondera que a singularidade só poderia ser justificada como uma das categorias do jornalismo mediante uma concepção do fenômeno jornalístico como um processo legitimado na relação entre o texto jornalístico, o leitor/receptor e o trabalho dos profissionais do jornalismo – relação que, afirma, não é estabelecida por Genro Filho em sua tese.

Mick (2012)¹⁹ propõe uma reflexão sobre as condições sociais necessárias para que o jornalismo revolucionário de Genro Filho se realizasse plenamente, identificando uma inadequação entre o jornalismo ideal pensado pelo autor e o jornalismo efetivamente praticado. Embora destaque o avanço epistemológico da teoria de Genro Filho, Mick critica a ausência, nos estudos daquele autor, de investigação sobre os critérios de noticiabilidade – ou seja, os fatores que levam o profissional jornalista a definir o que é acontecimento noticiável e o que não é. Para Mick, falta uma investigação mais aprofundada a respeito de “como a singularidade se singulariza” nas reflexões de Genro Filho.

Em que pesem algumas fragilidades, a contribuição do autor para a compreensão do jornalismo enquanto campo epistêmico permanece relevante, sobretudo no que diz respeito ao potencial crítico dessa prática social e da necessidade de um jornalismo que dê conta dos diferentes

¹⁹ Anotações feitas a partir da exposição verbal de Jacques Mick no evento “Adelmo Genro Filho e o Jornalismo, 25 anos depois”, realizado em 25 de setembro de 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC.

aspectos em uma sociedade cada vez mais complexa. É nesse sentido que se revela promissor o diálogo entre a perspectiva de Genro Filho, focado no jornalismo como fenômeno social analisado sob um ângulo epistemológico, e a de Morin, com a proposta do pensamento complexo.

3 APROXIMAÇÕES ENTRE AS IDEIAS DE EDGAR MORIN E ADELMO GENRO FILHO

Estabelecer relações entre os pensamentos Edgar Morin e Adelmo Genro Filho pode parecer, à primeira vista, um empreendimento arriscado. No entanto, a aproximação a princípio improvável revela-se possível a partir não só da observação das referências teóricas compartilhadas por ambos, mas também por aspectos de suas biografias que guardam semelhanças até mesmo curiosas. Embora distantes fisicamente – um atuando no prestigiado espaço acadêmico europeu, outro no Brasil –, pode-se afirmar que Genro Filho e Morin elaboraram grande parte de suas ideias a partir de lugares epistemológicos muito próximos, quando não coincidentes.

No texto introdutório a “Meus demônios”, obra na qual apresenta uma cronologia de suas principais ideias em contexto com sua história de vida, Morin faz menção a Nietzsche para afirmar a impossibilidade de separar o intelectual do homem: “Não escrevo de uma torre que me separa da vida, mas de um redemoinho que me joga em minha vida e na vida. Nietzsche dizia: ‘Sempre expus em meus escritos toda a minha vida e toda a minha pessoa... Ignoro o que possam ser problemas puramente intelectuais’” (MORIN, 2010b, p. 9). Mais do que ter tido o privilégio de testemunhar alguns dos principais fatos históricos do século XX, Morin não foi apenas espectador desses fatos, mas envolveu-se intensamente neles, dedicando seu trabalho intelectual e sua atuação política à compreensão e a transformação da sociedade da qual fazia parte.

Pode-se dizer o mesmo Genro Filho, cuja produção intelectual ocorreu, também, num espaço acadêmico formal, mas motivada por seu engajamento político numa época em que o Brasil atravessava a ditadura militar dos anos 1970. Militantes políticos intensamente envolvidos com as questões de seu tempo; pensadores empenhados em compreender a sociedade e desenvolver teorias que contribuam para sua transformação; críticos em relação a visões fragmentárias que dificultam a apreensão da realidade em sua totalidade: mais do que coincidências, essas características comuns parecem indicar que, embora em tempos e lugares diferentes, os dois autores referenciais neste trabalho percorreram caminhos teóricos semelhantes, o que torna pertinente o presente esforço de aproximação de suas ideias para a compreensão do fenômeno jornalístico.

Apresenta-se aqui um ensaio para essa aproximação teórica a partir de dois eixos principais: primeiro, a influência das ideias marxistas no pensamento de ambos; segundo, a proposta metodológica da sociologia do presente, desenvolvida por Morin numa época pontual, e suas possibilidades de relações com o fenômeno jornalístico. É certo que os trabalhos teóricos dos dois autores são extremamente densos e que, no presente estudo, consegue-se atingir uma primeira aproximação ainda restrita à superfície aparente de suas ideias. A intenção é justamente dar início a esse diálogo, que certamente merecerá aprofundamento em estudos futuros. Por ora, propõe-se esta primeira contribuição.

3.1 O engajamento político e as ideias marxistas

A primeira aproximação teórica de relevo entre Edgar Morin e Adelmo Genro Filho é a filiação marxista, a que ambos se dedicaram com grande convicção por longo período, até serem levados a uma visão crítica, sobretudo no que diz respeito à experiência do comunismo stalinista. Privilegiado pela longevidade, Morin teve tempo de enumerar e justificar, em seus trabalhos, os motivos que o levaram a afastar-se dessa corrente de pensamento. Já Adelmo, nos trabalhos publicados pouco antes de sua morte, dedicava-se a elaborar uma crítica contundente às distorções que observava no marxismo, mas mantinha-se empenhado em colaborar para sua reestruturação e consolidação.

A aproximação de Morin das ideias marxistas ocorreu no contexto político da II Guerra Mundial, quando o então jovem estudante defrontou-se com situações que o induziram a uma crença “na religião comunista da salvação terrestre” (MORIN, 2010b, p. 21). Engajado na Resistência Francesa durante a ocupação de Paris pelo exército de Hitler, atuou também como “submarino” – forma pela qual eram chamados os militantes do clandestino Partido Comunista que se uniam aos resistentes, mantendo em segredo essa condição. O cenário de então, “época de tormentas e contradições”, levou Morin a se sentir atraído pelo marxismo por pressentir “que é um pensamento que enfrenta e supera as contradições” (MORIN, 2010b, p. 53). A realidade vivenciada na dupla militância, contudo, tornou evidentes outras contradições do próprio marxismo, e mais do que isso, evidenciadas por ele – por exemplo, Morin considerava equivocada a falta de apoio aos alemães não-nazistas, assim como discordava da extrema repressão promovida na União Soviética pelo regime de Stálin. No pós-guerra, a consolidação do comunismo stalinista fez com que o autor perdesse os argumentos empíricos e racionais que justificassem sua filiação

ao partido, do qual foi “excomungado” em 1951, em função da publicação de um artigo em que criticava o regime. Continuou se considerando, mesmo assim, um revolucionário e afirma ser um dos raros ex-comunistas que incorporaram as lições dessa experiência. “Deixei de ver nos termos burguês e capitalista a concentração de todos os males da humanidade. (...) Não deixei de me considerar de esquerda, mas nunca bebi o mau vinho da União da esquerda” (MORIN, 2010b, p. 240). Como define Coelho ([1996?], p. 41, grifos do autor), Morin firmou-se como um intelectual que consegue “pensar *com o marxismo* sem estar *no marxismo*”.

Na aproximação de Morin das ideias marxistas já estava em potência, ainda que não de forma elaborada, sua ideia de complexidade. Leitor voraz dos jornais europeus da década de 1930 na ânsia por reconhecer-se politicamente, percebeu que a revolução russa tomava um “caminho autodestrutivo”, ao mesmo tempo em que o nazismo se revelava autoritário e atroz. A sensação, descreve, era de que só havia as alternativas do comunismo ou do nazismo – e aderiu ao primeiro, embora problematizasse o stalinismo. No que define como uma “combinação entre messianismo e realismo”, escolheu acreditar que as características negativas do stalinismo soviético eram justificadas pelos aspectos nefastos do capitalismo e pelo passado czarista daquele país: buscou convencer-se de que “as fundações socialistas da URSS fariam brotar todas as suas flores, uma vez que a vitória fosse conquistada” (MORIN, 2010b, p. 226). Engajou-se então entre os estudantes da Frente Popular socialista da época, onde descobriu o marxismo não só como “verdadeira fonte de conhecimento das realidades humanas”, mas também como uma ciência necessária à aspiração por uma outra sociedade:

O marxismo é, então, para mim, abertura e não enclausuramento. Em vez de ver nele uma teoria reducionista que explicava toda a história humana pela luta de classes e pelo desenvolvimento das forças produtivas, eu via nele a verdadeira ciência multidimensional articulando, umas às outras, as ciências naturais e as ciências humanas. O marxismo impelia-me ao saber “total”, isto é, ao conhecimento do todo enquanto tal, permitindo integrar o conhecimento das diversas partes constituintes desse todo. Esta visão satisfazia, naturalmente, meu desejo de abraçar tudo. Mas o marxismo era, então, ignorado na universidade. As disciplinas eram separadas. Era preciso que eu conseguisse por mim mesmo articular os segmentos desconectados das ciências humanas. (...) Enquanto os marxismos oficiais eram exclusivos e

excludentes, meu marxismo foi e continuou integrador, e não me desviou de nenhuma escola de pensamento (MORIN, 2010b, p. 28-29).

Morin já havia deixado de lado a militância no Partido Comunista e rompido criticamente com as ideias marxistas quando, no Brasil, o jovem Adelmo Genro Filho iniciava sua atividade como líder estudantil, na década de 1970, época da repressão da ditadura militar. Formado em Jornalismo e professor universitário, foi vereador e vice-prefeito do município de Santa Maria (RS), filiou-se inicialmente ao PMDB e depois ao PT, mas sempre defendeu a necessidade de organizar um partido marxista e comunista para enfrentar as questões da época. Com esse espírito, licenciou-se do magistério em 1987 para ajudar na fundação do Centro de Estudos de Filosofia e Política (Cefip), ao lado de outras lideranças políticas de esquerda do Rio Grande do Sul. Em 1988, ano seguinte ao lançamento de “O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo” – Genro Filho morreu em decorrência de uma virose, em Florianópolis (SC), aos 37 anos de idade. Além do livro em que apontava caminhos para a realização de um “jornalismo revolucionário”, resultado de sua pesquisa de mestrado em Ciências Sociais, o autor dedicou-se à produção de textos que criticavam os rumos que o marxismo tomava na época, posicionando-se, como Morin, contra o comunismo stalinista em vários momentos. O autor procurou organizar uma crítica ao marxismo sem deixar de lado a intenção revolucionária, situando-se “nesse movimento crítico das ideias e da prática que leva, com muita justiça, o nome de Marx” (GENRO FILHO, 1986, p. 21). Para Genro Filho, o dogmatismo relacionado ao marxismo, sobretudo pela corrente stalinista, entorpecia seu desenvolvimento criativo e sua “eficácia revolucionária” (GENRO FILHO, 1986, p. 38). A força do marxismo, sustentava, está na dialética, que “supõe a existência de uma interconexão universal e estruturada” e apreende a realidade como uma totalidade concreta, “isto é, algo que está se autoproduzindo como um todo dotado de certa estrutura interna” (GENRO FILHO, 1986, p. 44). A dialética, prossegue, envolve os esforços simultâneos e complementares de separar e analisar a totalidade percebida, depois unindo e refundindo racionalmente essas partes na totalidade concreta – ideia também desenvolvida por Morin com o princípio da complexidade.

3.2 Sociologia do presente, singularidade e jornalismo

Morin nunca se dedicou a estudar especificamente o jornalismo, mas em sua trajetória intelectual e profissional pode-se perceber aproximações do autor com a área tanto em aspectos teóricos, caso da valorização da singularidade e do acontecimento factual nos estudos da sociologia do presente, como também na prática profissional, visto que atuou como editor e articulista em diversos jornais e revistas ao longo do século XX. Merecem menção, da mesma forma, os estudos do autor na área da comunicação, desenvolvidos nos anos 50 e 60 e que, embora pontuais, são mencionados em alguns dos levantamentos históricos mais representativos sobre as teorias da comunicação – caso dos elaborados por Wolf (2001) e A. e M. Mattelart (1999), já citados no capítulo 2.

Para o presente estudo, é especialmente significativa a experiência da sociologia do presente, denominação dada por Morin aos estudos transdisciplinares que coordenou ao longo da década de 1960 até o início da década seguinte, quando passou a se dedicar exclusivamente ao empreendimento do método da complexidade. Insatisfeito com os procedimentos consolidados pela pesquisa sociológica da época, que “eliminava o homem, o questionamento histórico e a problemática do sujeito” (MORIN, 2010b, p. 172) e buscava, como as ciências nomotéticas, identificar regularidades nos fenômenos sociais da mesma forma que as ciências da natureza, Morin propõe e experimenta uma sociologia “mais centrada no fenômeno do que na disciplina, mais centrada no acontecimento do que na variável, mais na crise do que na regularidade estatística” (MORIN, [1984?], p. 128).

A. e M. Mattelart situam os estudos da sociologia do presente no contexto da criação, em 1960, do Centro de Estudos das Comunicações de Massa (CECMAS), “primeira tentativa séria de constituir na França um círculo e uma problemática de pesquisa em comunicação” (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 90), que tinha o objetivo de desenvolver pesquisas transdisciplinares sobre os fenômenos comunicacionais em contraste com a tendência corrente, naquele país, de pesquisas funcionalistas. Morin já havia lançado, nessa época, duas de suas três obras que tratam de temas ligados à comunicação: “O cinema e o homem imaginário”, em 1956, e “As estrelas”, em 1957. Com a produção de “O espírito do tempo”, já no CECMAS, Morin introduz nas referências francesas o conceito de indústria cultural, com uma abordagem crítica à noção original dos teóricos de

Frankfurt: ao invés de tomar a mídia como necessariamente nociva e alienante, prefere refletir criticamente sobre a importância que os fenômenos da comunicação assumem na sociedade e questionar os valores dessa nova cultura – sem deixar de considerar positivos aspectos como o entretenimento e as manifestações populares. Wolf (2001) define essa corrente de estudos como *teoria culturológica*, já que não está centrada diretamente na análise da mídia ou em seus efeitos sobre o público, e sim na observação de uma nova forma de cultura da sociedade contemporânea na qual os meios de comunicação têm grande relevância. Morin afirma que seu interesse sobre a mídia ocorreu “pela simples razão que me parecia fundamental refletir sobre a cultura de massa, evidentemente uma cultura que só pôde desenvolver-se graças aos mídia” (MORIN, 2003, p. 7).

Foi no âmbito de suas reflexões sobre a cultura de massa na sociedade contemporânea que Morin desenvolveu a ideia da sociologia do presente, como descreve Paillard (2010), sociólogo francês que foi seu parceiro nessas pesquisas. Apesar do sentido de certa forma tautológico da expressão – uma vez que a sociologia, por definição, já se dedica ao estudo da realidade social no tempo presente, ao contrário da história –, Paillard afirma que a denominação *sociologia do presente* serve para ressaltar a preocupação dessa linha de estudos com os fatos em sua singularidade:

Efetivamente, esta ideia nos recorda a necessidade de interrogar-nos em relação aos fenômenos ocorridos no *hinc et nunc*, aquilo que em linguagem jornalística é chamado de atualidade. Pode tratar-se de um evento ou fato novo, ou de coisas rejeitadas por uma sociologia oficial mais interessada no estudo de estruturas ou processos que obedecem a leis sistemáticas (PAILLARD, 2010, p. 130).

Numa época em que os estudos sociológicos centravam-se na compreensão da sociedade industrial em ascensão, na qual o desenvolvimento técnico e econômico era apontado como grande motor das mudanças vivenciadas pela sociedade, Morin preocupava-se com os fatos e fenômenos deixados em segundo plano pela sociologia dominante. As mutações sociais vistas como atribuições do desenvolvimento econômico, técnico e industrial – como era o caso da cultura de massa – consistiam, para o autor, em transformações que afetavam a sociedade de maneira mais ampla. A preocupação com a cultura de massa, voltada ao prazer do instante, foi o impulso para uma série de estudos empíricos que davam atenção aos fenômenos que surgiam na realidade imediata: uma sociologia

que interrogava o concreto, o fenômeno, o acontecimento, em diálogo com outras disciplinas e sem se preocupar necessariamente em buscar leis de regularidade (PAILLARD, 2010).

O fato, que fora expulso das ciências à medida que havia sido identificado com a singularidade, a contingência, o acidente, o imprevisível, tornava-se uma noção central. Era concebido como revelador de realidades subterrâneas e ao mesmo tempo realizador da história social. A ruptura que provocou nas grandes estabilidades estruturais ou nos grandes movimentos seculares permitiu vislumbrar as latências, os recalques sociais constitutivos de toda sociedade apesar de “normalmente” ocultos. Este é o seu lado revelador. Por outro lado, o fato podia ser desencadeante ou disparador de novos dinamismos sociais. Com isto abarcava toda a problemática da história que estava sendo feita (PAILLARD, 2010, p. 134).

Entre os primeiros estudos da sociologia do presente estavam as chamadas pesquisas *flash* – trabalhos breves que analisavam como a imprensa tratava certos fatos de modo sensacionalista e como, ao mesmo tempo, co-produzia esses fatos ao abordá-los de forma excessivamente singularizada²⁰. Mas a experiência mais significativa dessa época foi a extensa pesquisa transdisciplinar desenvolvida em 1965 em Plozevet, comunidade bretã tradicional localizada no noroeste da França, que na época tinha cerca de 3.600 habitantes e chamava a atenção das autoridades em função da redução populacional. A coordenação da pesquisa cabia ao governo francês, que se preocupava em pensar a França do futuro e encontrar soluções para acelerar o desenvolvimento do país²¹. Entre especialistas de áreas como antropologia, geografia, etnologia e história, coube a Morin realizar a parte sociológica da pesquisa, estudando como

²⁰ Por terem sido publicados apenas na revista “Communications”, produzida pelo CECMAS, esses estudos estão disponíveis apenas em língua francesa. Uma exceção é o texto “Aplicação de um método de análise de imprensa”, que analisa a cobertura dos jornais franceses sobre a viagem do presidente soviético Nikita Khrushchev à França, em 1960, material traduzido para o português e disponibilizado para consulta na biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) (MORIN, V., 1970).

²¹ A pesquisa de Plozevet é um exemplo da tendência dos estudos por áreas, mencionados por Wallerstein (1996) e citados no capítulo 1.

aquela pequena comunidade agrícola se transformava rumo à modernidade. Inicialmente, o trabalho seria desenvolvido em um período curto, mas prolongou-se por mais de um ano, com o pesquisador e sua equipe se instalando na comunidade e vivendo de maneira intensiva seu dia a dia e suas rotinas. O desafio experimental, para Morin, era desenvolver uma estratégia de pesquisa que captasse a diversidade e as complexidades do local, assegurando, ao mesmo tempo, o emprego da subjetividade e da objetividade.

O problema não era apenas respeitar o singular e o concreto (vidas, destinos e problemas), era também situar este singular concreto na grande corrente de transformação que, na época, atravessava a França e, mais amplamente, a Europa. O problema era, então, poder ao mesmo tempo fechar e abrir o objeto da pesquisa: tê-lo suficientemente fechado para guardar sua singularidade, mas abri-lo para a história passada e sobretudo para as correntes nacionais e transnacionais da modernização generalizada. (...) Minha investigação fazia mais do que apenas atravessar as disciplinas, ela levava em consideração temas maiores ignorados pelo corte disciplinar: o papel das mulheres “agentes secretos da modernidade”, a nova mentalidade adolescente e a nova relação entre adolescentes e adultos, o acontecimento da reconstituição rural que se efetuava simultaneamente a minha pesquisa. Ao longo da pesquisa, aprendia a extrair meu saber do “terreno” elaborando uma metodologia que se adaptasse a ele sem traí-lo (MORIN, 2010b, p. 176).

A experiência com a sociologia do presente foi uma reação de Morin e do grupo de pesquisadores do qual ele fazia parte à sociologia de caráter nomotético que havia se consolidado nas universidades e demais instituições de pesquisa na primeira metade do século XX. Na visão do autor, essa sociologia não dava conta de compreender plenamente a sociedade por se constituir numa disciplina extremamente fechada, que ignorava a “revolução epistemológica que introduzia a eventualidade, a desordem e o observador nas ciências físicas” (MORIN, 2010b, p. 173). Definindo-se como um “sociólogo herético”, o autor buscou uma sociologia multidimensional complexa que articulasse os diversos elementos da realidade social, com ênfase na factualidade e “tentando extrair o cerne do acontecimento, a partir da surpresa que ele provoca” (MORIN, 2010b, p. 174). Especificamente na experiência de Plozevet, o autor utilizou

procedimentos metodológicos que, segundo Paillard (2010), eram originais e ousados em diversos aspectos, como, por exemplo, a utilização de enquetes conduzidas de maneira mais intuitiva que planejada, que envolviam o convívio cotidiano dos pesquisadores com os moradores da comunidade em lugares de sociabilidade – desprivilegiando, assim, a criação de situações artificiais para desenvolvimento da pesquisa e coleta de dados. A liberdade para os pesquisadores inserirem observações de ordem subjetiva ou afetiva e a não obrigatoriedade de delimitação do campo de estudo são outros aspectos pouco ortodoxos do método plozevetiano. Em relação ao campo de estudo, Paillard observa:

Contrariamente ao que normalmente se ensina, a pesquisa não deve, a priori, delimitar o seu campo nem construir as barreiras do seu domínio; tais preceitos metodológicos servem geralmente para nos preservar das incursões externas ou para exorcizar medos pessoais. O terreno não pode ser delimitado mesmo que for (sic) singular e estiver situado num ponto de vista ao mesmo tempo histórico e geográfico. Devemos vivenciar a tensão permanente entre o singular e o universal, o fenomênico e o fundamental, o empírico e o teórico. É preciso em cada caso saber formular questões universais, assim como extrair reflexões gerais (PAILLARD, 2010, p. 137-138).

Morin não se preocupou em fundamentar teoricamente ou sistematizar um método de pesquisa que pudesse ser utilizado em outras experiências de campo como a de Plozevet – razão pela qual, para Paillard (2010), essa parte de seu trabalho não seja suficientemente conhecida no meio acadêmico. Mas aquele autor buscou identificar cinco princípios gerais da sociologia do presente. Em primeiro lugar, os fenômenos singulares analisados nesse tipo de estudo não devem ser isolados do ponto de vista disciplinar, e sim a partir de uma emergência empírica, como um acontecimento ou uma série de acontecimentos em cadeia.

O fenômeno adere à realidade empírica e, ao mesmo tempo, evoca o pensamento teórico. A necessidade constante de multidimensionalidade e de interdisciplinaridade traduz timidamente a necessidade de uma abordagem adaptada ao fenômeno, e já não de uma adaptação do real à disciplina (MORIN, [1984?], p. 221).

O segundo princípio da sociologia do presente considera o acontecimento como o “singular concreto no tecido da vida social” e parte do pressuposto de que, mais do que algo a ser relegado pela sociologia de caráter nomotético, os acontecimentos singulares podem levar à elaboração de teorias gerais válidas. Para Morin, uma teoria pode ser elaborada não só a partir de regularidades estatísticas, mas também “a partir de fenômenos e situações extremas, paroxísticas, ‘patológicas’, que têm um papel revelador”. Decorre daí um terceiro princípio, que afirma o caráter factual e excepcional do acontecimento, do ponto de vista sociológico: ele é “tudo o que não se inscreve nas regularidades estatísticas”. Na medida em que representa o elemento novo dentro da realidade social, o acontecimento é um princípio desestruturante que “dá origem a uma ou mais questões, e ao mesmo tempo abala a estrutura racionalizadora. O caráter questionador do acontecimento põe em movimento o ceticismo crítico” (MORIN, [1984?], p. 222). O quarto princípio toma as crises como fontes de extrema riqueza para uma sociologia que não tem foco principal na descrição das regularidades: são “concentrados explosivos, instáveis” que revelam realidades latentes invisíveis em condições de estabilidade. Por fim, define como quinto princípio a ênfase ao envolvimento direto do observador com o fenômeno observado, no que diz respeito às metodologias de trabalho do sociólogo do presente. Para Morin, métodos como o uso de questionários só permitem uma verificação superficial da realidade, enquanto a investigação participante e presencial faz emergir outras possibilidades a partir da observação direta e mesmo da intervenção (MORIN, [1984?], p. 223).

A experiência de pesquisa transdisciplinar abriu, mais tarde, o caminho para o desenvolvimento da ideia de pensamento complexo, a partir da década de 1970. A nova orientação provocou inclusive mudanças estruturais no centro de pesquisa ao qual Morin era vinculado: em 1973, em função do redirecionamento no foco das pesquisas desenvolvidas, que já não tinham a comunicação como tema preponderante, o Centro de Estudo das Comunicações de Massa passou a se chamar Centro de Estudos Transdisciplinares.

As experiências concretas (1963-69), o banho no momento presente, enfim, o período de sociologia do presente (...) fazem-me enfrentar o acontecimento, o inesperado, o novo, o concreto, as transformações sociais e culturais (...): sou levado a pôr em ação estratégias de pesquisa aptas a responder aos desafios da complexidade enfrentada. Esta imersão no contemporâneo me prepara, sem que eu saiba, para o movimento no sentido inverso,

em direção à reforma paradigmática (MORIN, 2010b, p. 197-198).

Embora a sociologia do presente tenha sido uma experiência pontual nos trabalhos de Morin, sobre a qual, inclusive, há escassos registros, a leitura do material disponível sobre essas pesquisas permite muitas associações entre elas e a prática jornalística. Jornalismo e sociologia do presente têm em comum aspectos como a valorização do fato e da singularidade em relação à busca por princípios universalizantes; a assunção de que um acontecimento singular pode ser revelador de contextos particulares e universais; a preferência pela coleta de dados de forma ativa, direta, participante e dinâmica, sem o recurso a questionários fechados ou entrevistas rigidamente estruturadas; a perspectiva de fechar e abrir o objeto de pesquisa, delimitando-o para apreender sua singularidade mas abrindo-o para que dialogue com o particular e o universal. Os princípios definidos por Morin para uma possível sociologia mais idiográfica que nomotética são, pode-se dizer, princípios do jornalismo e, mais especificamente, do trabalho de reportagem. O autor ressalta, inclusive, o problema da relação dialética existente entre investigador e objeto da investigação e afirma ser impossível elaborar uma “receita de objetividade”: “o único recurso é a tomada de consciência permanente da relação observador-fenômeno, isto é, a autocrítica permanente” (MORIN, [1984?], p. 224). Suas respostas às questões que emergiram durante suas pesquisas na área da sociologia do presente podem ajudar, em muitos aspectos, a apontar soluções para dilemas que persistem no jornalismo, que, como se abordou na introdução deste trabalho, tem o desafio de manter-se como forma social de conhecimento numa sociedade cada vez mais complexa.

É oportuno enfatizar que Morin não pretende deslegitimar a ciência moderna, desenvolvida e consolidada desde o século XVII a partir de condições diversas que têm origem no ocaso da era medieval e nas realizações artístico-culturais do Renascimento. Estabelecida em termos metodológicos próprios e dotada de autoridade e legitimidade, a ciência desenvolveu-se e caminhou para uma contínua especialização e disciplinarização. Esse processo, enfatiza Morin, foi não só inevitável, mas também essencial para o efetivo amadurecimento das ciências naturais e sociais. No entanto, pondera, o fechamento e isolamento das disciplinas em relação umas às outras resultou na hiperespecialização, o que, para o autor, conduz a uma “patologia do saber”: “A disjunção e o esfacelamento dos conhecimentos afetam não somente a possibilidade de um conhecimento do

conhecimento, mas também as possibilidades de conhecimentos sobre nós mesmos e sobre o mundo” (MORIN, 2012, p. 19).

Morin define sua transição entre o foco na sociologia do presente e os estudos sobre a complexidade como uma “reorganização genética” alimentada por diversificadas áreas de estudo, desde a biologia e a física em suas novas tendências até a cibernética, a teoria da informação e as obras sobre a ciência de autores como Popper, Kuhn e Heidegger. Com essas contribuições, o autor afirma ter elaborado o problema do “pensamento complexo apto a compreender a solidariedade dos problemas” (MORIN, 2010b, p. 198). A observação direta da realidade e a percepção de que estudar a sociedade de forma fragmentada não é suficiente para compreendê-la integralmente levaram o autor a direcionar seus estudos para a importância de que todo fato isolado seja colocado em contexto para que seja compreendido. No desenvolvimento de sua teoria da complexidade, a ideia de pensamento complexo é norteadada pela noção de que todo conhecimento singular deve ser observado enquanto tal, mas também contextualizado, ou seja, introduzido no conjunto ou sistema global do qual ele é um momento ou uma parte. Somente nesse diálogo constante entre todo e partes há conhecimento complexo.

A preocupação específica com a singularidade do acontecimento, privilegiada nos estudos da sociologia do presente de Morin, bem como as relações dialéticas entre singular e universal, entre teoria e prática, conduz ainda, de modo direto, a uma associação com a teoria de Genro Filho sobre o jornalismo. Em sua obra, Genro Filho não trata com maior ênfase do acontecimento jornalístico, noção que vem sendo estudada nos anos recentes por pesquisadores brasileiros²², mas é possível associar algumas de suas ideias relativas ao *fato jornalístico* com a noção de acontecimento proposta por Morin a partir da categoria da singularidade. Para Genro Filho, a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo e os fatos

²² O projeto “Tecer: jornalismo e acontecimento” é conduzido desde 2010 por equipe de pesquisadores dos programas de pós-graduação das universidades federais de Santa Catarina (UFSC), de Santa Maria (UFSM) e do Rio Grande do Sul (URGS), além da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com financiamento do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). De forma ampla, os trabalhos investigam o conceito de acontecimento a partir de uma perspectiva multidisciplinar e buscam constituir uma epistemologia do acontecimento jornalístico. O trabalho já resultou em duas publicações: “Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos” e “Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos”, lançados, respectivamente, em 2010 e 2011 pela Editora Insular.

jornalísticos são “a menor unidade de significação” dentro da notícia. Da mesma forma que Morin afirma que as escolhas e interferências subjetivas do pesquisador podem e devem ser subsumidas ao trabalho de pesquisa sociológica, Genro Filho ressalta que a escolha dos fatos que vão gerar notícia, bem como o tratamento dado a eles, evidencia uma maneira própria do jornalismo de perceber e produzir seus fatos – todas as disciplinas científicas, salienta, também constroem os fatos com os quais trabalham.

Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas. Isso quer dizer que há certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente. A objetividade oferece uma multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas. Além disso, a significação dos fenômenos é algo que, constantemente, vai se produzindo pela dialética dos objetos em si mesmos quanto da relação sujeito-objeto. O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos (GENRO FILHO, 1989, p. 186-187).

Um dos desdobramentos dessa premissa, para Genro Filho, é o fato de o conhecimento constituir-se como processo infinito, uma vez que a ideia de se conhecer exaustivamente uma parte da realidade “implicaria conhecer todo o universo e o conjunto de relações com a parte considerada” – raciocínio que remete à argumentação de Morin de que não se pode confundir complexidade com completude, abordada no capítulo 1. Outro desdobramento é o reconhecimento da “subjetividade como dimensão inseparável do objeto e da teoria que busca apreendê-lo” nas ciências sociais. Para Genro Filho, enquanto o conhecimento das ciências naturais busca a objetividade, “o conhecimento da sociedade converge para o momento de mútua criação entre objetividade e subjetividade” (GENRO FILHO, 1989, p. 187). Se os fatos jornalísticos são um recorte da realidade separados arbitrariamente do todo, isso se dá a partir de critérios técnicos, mas também subjetivos, na medida em que constituem necessariamente uma escolha que “está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída” (GENRO FILHO, 1989, p.

188). O autor relaciona a discussão sobre a objetividade jornalística com a ideologia dominante do capitalismo e afirma que, nessa perspectiva, a objetividade implica uma compreensão do mundo como um conjunto de fatos dados, com existência autônoma em relação a qualquer concepção de mundo; nesse contexto, cabendo ao jornalista recolher esses fatos “como se fossem pedrinhas coloridas”.

Essa visão ingênua, conforme já foi sublinhado, possui um fundo positivista e funcionalista. Porém, não é demais insistir, essa “ideologia da objetividade” do jornalismo moderno esconde, ao mesmo passo que indica, uma nova modalidade social do conhecimento, historicamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e dotado de potencialidade que o ultrapassa (GENRO FILHO, 1989, p. 188)

A possibilidade de o jornalismo desatrelar-se, enquanto fenômeno social, do capitalismo que gerou as condições de seu surgimento é vislumbrada por Genro Filho no que ele chama de *jornalismo revolucionário* – um jornalismo que acompanha os fatos numa perspectiva crítica e que tem na singularidade um elemento que vai além de sua relação meramente funcional com a reprodução da sociedade. Ao comparar o conhecimento produzido pelo jornalismo com aquele produzido pela ciência e pela arte, o autor enfatiza as diferenças desses conhecimentos: enquanto a ciência procura dissolver o singular em categorias lógicas universais e a arte parte de um singular arbitrário e aspira ao particular, o jornalismo “reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência de que ela mesma se dissolve no tempo. O singular é, por natureza, efêmero” (GENRO FILHO, 1989, p. 65). Na noção de singularidade, para o jornalismo, está implícito um conteúdo dinâmico que dá à notícia “uma característica evanescente”. A notícia “de ontem” é efêmera, mas se renova continuamente à medida que vai sendo reelaborada com novos dados e atualizada. Mantém, contudo, a singularidade como norteador do critério jornalístico, em relação dialética com a particularidade e a universalidade.

Genro Filho faz uso das categorias filosóficas hegelianas *singular*, *particular* e *universal*, relacionadas dialeticamente entre si, como bases fundamentais para a formulação de sua teoria sobre o fenômeno jornalístico. Ao emprestar de Lukács as três categorias aplicadas por ele para a compreensão da arte – categorias estas oriundas do pensamento hegeliano –, Genro Filho argumenta que, enquanto a arte persegue o particular e a ciência aspira constantemente ao universal – no objetivo claro

de elaborar leis de regularidade que expliquem os fenômenos –, o jornalismo tem na abordagem do singular a sua força e o seu potencial crítico. As três categorias refletem, para o autor, aspectos objetivos da realidade. Enquanto para a ciência os fatos só se tornam relevantes na medida em que se aproximam da universalidade, o jornalismo tem como matéria-prima a cristalização da informação nos eventos singulares:

Existe, como já foi apontado pelas reflexões precedentes, uma relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade, categorias lógicas que representam aspectos objetivos da realidade. Cada um desses conceitos é uma expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si os demais. São formas de existência da natureza e da sociedade que se contêm reciprocamente e se expressam através dessas categorias e de suas relações lógicas. No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal, dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva (GENRO FILHO, 1989, p. 162).

As três dimensões da realidade coexistem nos fatos jornalísticos como em qualquer outro fenômeno. Para Genro Filho, o fenômeno noticioso está relacionado diretamente à reprodução de um evento pelo ângulo da singularidade. O conteúdo da informação, por sua vez, está associado à particularidade e à universalidade. “Qualquer fenômeno singular não existe isoladamente, sem um conteúdo de particularidade e universalidade que precisa ser exposto, para que possa ser compreendido e ampliado seu significado aparente” (GENRO FILHO, 2004b, p. 165). Se o critério de noticiabilidade de uma informação está relacionado com a reprodução do fato pelo ângulo singular, o conteúdo da informação estará associado à particularidade e à universalidade:

O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram *superados*. O particular e o universal são *negados* em sua preponderância ou autonomia e mantidos como

o horizonte de conteúdo (GENRO FILHO, 1989, p. 163, grifos do autor).

O jornalismo apreende e cristaliza a singularidade, e isso só pode ocorrer, segundo o autor, dentro de um contexto que atribua sentido ao fato singular, ou seja, em relação com o particular e o universal. Essa recursividade entre as três categorias é o ponto de partida para que se estabeleçam relações entre a teoria de Genro Filho e a concepção de *complexidade* de Morin, que considera essencial compreender a relação entre todos os aspectos de um mesmo fenômeno para a construção do conhecimento. Para Morin (2008, p. 20), a complexidade é “o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal”. O pensamento complexo, nesse sentido, é aquele que busca contemplar a complexidade na abordagem dos fenômenos, mesmo os da vida cotidiana. Um fato complexo é aquele formado por muitas partes interdependentes, cuja simplificação (ou disjunção) compromete a compreensão do todo. Na medida em que aborda a complexidade como um possível paradigma emergente, o autor relaciona o surgimento desse modelo de pensamento a uma nova visão de mundo.

Parece inegável que a especificidade do jornalismo está na apreensão dos eventos pelo ângulo do singular. Mas a notícia excessivamente singularizada é estéril, não produz conhecimento, não abre espaço para uma apreensão crítica da realidade e não tem efeito transformador – não é revolucionária, como diria Genro Filho, e não contribui para o conhecimento do conhecimento, como diria Morin. Assim como Morin afirma a importância do pensamento complexo na compreensão dos fenômenos, é pertinente que o jornalismo invista-se dessa atitude epistemológica e exercite, enquanto prática, a contextualização – no caminho do particular e do universal propostos por Adorno.

Como se ressaltou no início do capítulo, tem-se aqui uma primeira tentativa de aproximação entre as ideias de Morin e Genro Filho a partir das relações entre a sociologia do presente, a singularidade e o jornalismo, destacando-se também algumas convergências de ambos em relação às ideias marxistas. Há que se reconhecer que a presente iniciativa ainda merece maior aprofundamento. Por ora, pode-se afirmar que, num contexto social e comunicacional cada vez mais complexo, em que os suportes e modalidades de comunicação vêm se modificando rapidamente, é imprescindível que os Estudos de Jornalismo encontrem novas referências teóricas para se situar perante essa realidade e, mais do que isso, compreender o papel do jornalismo enquanto forma social de conhecimento

dentro dela. A teoria de Genro Filho, com sua visão epistemológica, mantém-se como importante referência dentro da área, mas parece não dar conta, sozinha, do enfrentamento de novos problemas que demandam estudos aprofundados. Entre esses problemas, pode-se citar a precarização do trabalho nas redações, a perda de leitores dos jornais impressos com o advento da internet, os desafios da qualidade do ensino de jornalismo num número cada vez maior de faculdades ou a tendência de espetacularização das informações na imprensa sensacionalista ou de celebridades – linhas editoriais comumente vistas com desinteresse pelo ambiente acadêmico, mas que também merecem ser tratadas como objeto de estudo, até em função de sua crescente valorização entre as empresas jornalísticas e procura pelo público leitor/consumidor.

Como o próprio Genro Filho já observou na década de 1980, o jornalismo surgiu como um dos resultados da complexificação da sociedade. Portanto, na medida em que essa mesma sociedade mantém-se em processo crescente de complexificação, cabe uma reflexão profunda e constante sobre o papel do jornalismo, também em processo de transformação, nesse mundo cada vez mais complexo. Para enfrentar tais questões, a teoria de Morin sobre a complexidade, bem como a etapa anterior de observação da realidade com os critérios da sociologia do presente, podem indicar novos ângulos que deem conta de compreender o fenômeno jornalístico na atualidade, apreendido, como sugere G. Silva (2009, p. 207), “não apenas como prática social, mas em sua integralidade, em sua configuração social, política, econômica, tecnológica, como discurso, narração, imaginário, técnica e manifestação cultural; como constituído e constituinte da vida em sociedade”. As várias convergências entre as ideias de Morin e de Genro Filho aqui apresentadas, nesse sentido, pretendem ser uma demonstração dessa possibilidade teórica de pensar o jornalismo *com a complexidade* e indicar a pertinência de que outros estudos acerca dessa relação, inclusive empíricos, venham a ser desenvolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da aproximação entre as ideias do francês Edgar Morin, sobre a complexidade, e a concepção epistemológica de Adelmo Genro Filho, sobre o jornalismo como forma social de conhecimento, perguntamos nesta pesquisa: que contribuições a perspectiva teórica do *pensamento complexo* pode trazer aos Estudos de Jornalismo? A linha de análise adotada neste trabalho partiu do pressuposto de que o pensamento científico de base cartesiana, que separa os diversos elementos integrantes de um problema de modo a estudá-los individualmente, já não dá conta de compreender satisfatoriamente o mundo – embora a consolidação de tal forma de pensamento tenha sido essencial para o desenvolvimento da ciência e os inegáveis avanços atingidos por ela ao longo dos últimos três séculos. Assumiu-se aqui, com apoio de Morin e de outros autores, o raciocínio de que a compreensão de um mundo cada vez mais complexo exige que se dê um passo além do método cartesiano. Essa atitude epistemológica implica religar os conhecimentos abordados separadamente, de modo que se apreenda a realidade não mais de forma fragmentada, mas numa perspectiva complexa.

Uma noção central é a de que a realidade só pode ser compreendida a partir das infinitas relações entre as partes que a compõem. Morin sugere que a realidade seja vislumbrada como um tecido composto por fios de diferentes materiais, cores e texturas entrelaçados, que nas relações entre si formam um material único. A compreensão desse tecido passa pelo estudo de cada fio de maneira individual, mas só pode ser atingida quando se consideram as relações entre todos eles – ou, em outras palavras, quando todos os fios são compreendidos em seu contexto maior de tecido. A metáfora usada por Morin para explicar didaticamente a ideia de pensamento complexo parece simples, mas conduz a uma série de reflexões que levam a uma revisão de postura epistemológica para a compreensão dos fenômenos sociais.

Toma-se também como referência central a concepção de jornalismo como forma social de conhecimento, cuja origem enquanto prática profissional está diretamente relacionada com a crescente complexificação da sociedade, noção desenvolvida por Genro Filho. Embora sua teoria seja fortemente norteadada pelo pensamento marxista, o autor rejeita a exclusividade do atrelamento entre a emergência do jornalismo e o modo de produção capitalista, tendência bastante defendida

entre estudiosos da área influenciados pelas ideias de Marx. Genro Filho ressalta que, embora a conexão capitalismo-jornalismo seja procedente, não é o capitalismo que determina de forma direta o jornalismo, e sim a complexificação da sociedade, decorrente desse modo de produção, que faz surgir as condições necessárias para a constituição dessa forma social de conhecimento. Desse modo, o autor sustenta sua argumentação em torno das possibilidades de um jornalismo revolucionário, necessariamente crítico e independente frente ao capitalismo.

Um quarto de século depois da publicação original das reflexões de Genro Filho, sua ideia de jornalismo revolucionário e sua atitude declaradamente combativa em relação ao modo de produção capitalista soam como discurso datado. Mas permanece fértil a concepção epistemológica formulada pelo autor, que toma a relação dialética entre as categorias hegelianas singularidade, particularidade e universalidade para a compreensão do fenômeno jornalístico. Genro Filho afirma que essas três dimensões da realidade coexistem em qualquer fenômeno, assim como nos fatos jornalísticos. Contudo, ao contrário da ciência, que aspira ao universal, e da arte, que busca o particular, o fenômeno noticioso está relacionado diretamente à reprodução de um evento pelo ângulo da singularidade. O conteúdo ampliado da informação – ou seja, seu contexto – está associado à particularidade e à universalidade. Não há fenômeno singular isolado, sustenta Genro Filho: para sua compreensão e ampliação de seu significado aparente, deve-se expor o conteúdo de particularidade e universalidade relacionado a ele. Enquanto o singular é a estrutura interna do fato jornalístico, o particular e o universal representam um horizonte de conteúdo necessário para a compreensão da notícia. Atingir-se-ia, assim, um jornalismo crítico e produtor de conhecimento.

Encontra-se aí a aproximação de maior relevo entre as ideias de Morin e Genro Filho, autores que, como se sugeriu nesta dissertação, parecem alicerçar suas teorias com material semelhante e em um mesmo terreno epistemológico. Fazer dialogar, no plano das ideias, dois autores de realidades sociais e culturais e histórias de vida diferentes foi o desafio teórico-metodológico enfrentado por este trabalho, que buscou focar na contribuição desse diálogo para os estudos em torno do fenômeno jornalístico. Um elemento bastante surpreendente no percurso da pesquisa foi a percepção de que os estudos da sociologia do presente, que Morin desenvolveu antes de se dedicar ao tema da complexidade e que pouco são abordados por autores que estudam suas ideias, também podem contribuir para a área do Jornalismo. Realizados na década de 1960, esses estudos foram o fator desencadeador do trabalho em torno da complexidade a que

Morin se dedicou a partir dos anos 1970. As similaridades do método e do referencial teórico da sociologia do presente, atenta à singularidade dos acontecimentos factuais, com a prática jornalística, concebida como forma de conhecimento cristalizada no singular, emergiram como rica oportunidade de diálogo entre os dois autores, sugerindo, inclusive, que esse estágio anterior dos trabalhos de Morin tenha outras possibilidades de relação com o jornalismo. Nesta dissertação, procurou-se estabelecer preliminarmente esse diálogo, que ainda merecerá estudos mais aprofundados, sobretudo a partir da busca por outros registros escritos sobre a sociologia do presente produzidos na época e não disponíveis em língua portuguesa.

Como respostas à questão de pesquisa proposta neste estudo, identificou-se uma dupla possibilidade para que a epistemologia da complexidade contribua para os Estudos de Jornalismo. A primeira possibilidade aponta a necessidade da abertura do Jornalismo para o diálogo transdisciplinar, de forma que não prescindia de seu estatuto epistemológico próprio ou de sua circunscrição enquanto área de conhecimento, mas estabeleça, enquanto disciplina autônoma, relações com outras disciplinas que contribuam para a compreensão de seu objeto de estudo. Isso exigirá que se evidencie com maior clareza, nas pesquisas em Jornalismo, a diferença essencial entre campo de estudo e campo profissional. Ao justificar sua proposta epistemológica, Genro Filho já apontava a necessidade de uma teoria que fosse além da mera descrição ou manualização da prática profissional, bem como superasse as críticas ideológicas que tomam o jornalismo como instrumento de dominação. A delimitação clara desses dois campos, diferentes mas interligados, contribuirá para aprimorar a consistência dos resultados das pesquisas em Jornalismo, que ainda tendem à obviedade de reafirmar a importância social da prática profissional, sem contribuir necessariamente para sua compreensão enquanto fenômeno. Uma vez definido como campo autônomo e com objeto próprio, o Jornalismo deve ser colocado em contexto com outras disciplinas com as quais necessariamente interage, tais como a própria Comunicação, da qual é parte, e a Sociologia. Tal abertura para o diálogo transdisciplinar, acredita-se, tem potencial para agregar consistência aos Estudos de Jornalismo e impulsionar o desenvolvimento de novas perspectivas de análise dos fenômenos jornalísticos.

A segunda possível contribuição da epistemologia da complexidade para o Jornalismo é a incorporação consciente e rigorosa da atitude

epistemológica do pensamento complexo na observação do fenômeno jornalístico, considerando a ampla gama de inter-relações que se entrelaçam não só nos fatos jornalísticos, mas também nos produtos de mídia, na prática profissional, nas empresas e empreendimentos de comunicação, nos desafios impostos pela nova realidade comunicacional e na formação dos profissionais de jornalismo, entre muitos outros aspectos. Essa possibilidade aponta o grande potencial da retomada da relação dialética singular-particular-universal dos fatos jornalísticos, proposta por Genro Filho, como alternativa metodológica para o estudo dos produtos noticiosos, aprimorada e atualizada com os referenciais desenvolvidos por Morin em torno do pensamento complexo. Afirmar que a particularidade e a universalidade coexistem com a singularidade nos fatos jornalísticos é o mesmo que sustentar que só se pode compreender uma realidade de maneira integral por meio do conhecimento das partes que a compõem, bem como das relações entre elas. Genro Filho aponta um caminho para a compreensão do fenômeno jornalístico que pode continuar a ser percorrido com a incorporação da ideia de complexidade aos Estudos de Jornalismo. No entanto, como já se ressaltou, para que se compreenda o fenômeno jornalístico é necessário que outros elementos, além do próprio texto/produto noticioso, sejam levados em conta num contexto midiático cada vez mais mutante e diversificado. Nesse sentido, a incorporação dos conceitos e reflexões de Morin acerca da complexidade, ou, em outras palavras, a atitude de *pensar o jornalismo com a complexidade*, configura-se como promissora possibilidade para agregar consistência aos estudos nessa área.

REFERÊNCIAS

ARDOINO, Jacques. A complexidade. In: MORIN, Edgar. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

_____. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **Conhecimento comum e conhecimento científico**. Texto originalmente publicado no livro "Materialismo racional" (1953), reproduzido a partir da revista Tempo Brasileiro n. 28 (1972) no site do Grupo Institucional e Interdisciplinar de Estudos em Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <<http://goo.gl/DIzws>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

COELHO, Eduardo Prado. Paradigmas/literaturas. In: MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. 2. ed. Mem Martins: Europa-América, [1996?].

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FAUS BELAU, Angel. **La ciencia periodística de Otto Groth**. Pamplona: Instituto de Periodismo de la Universidad de Navarra, 1966.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FONTCUBERTA, Mar de. El periódico como sistema. In: BORRAT, Héctor. **Periódicos: Sistemas complejos, narradores en interacción**. Buenos Aires: La Crujía, 2006. Cap. 1, p. 13-154.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 2. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

_____. Sobre a necessidade de uma teoria do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.1, n.1, 1º semestre de 2004a, p. 160-162.

_____. Questões sobre jornalismo e ideologia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.1, n.1, 1º semestre de 2004b, p. 164-167.

_____. **Marxismo filosofia profana**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

GRECO, Milton. Os paradigmas fundamentados na certeza. In: SEMINÁRIO TRANSDISCIPLINAR: A crise dos paradigmas (1: 1990: São Paulo). **Anais...** Coord. e Org. Cremilda Medina. - - São Paulo: ECA/USP, 1991.

HARTLEY, John. **Popular reality: journalism, modernity, popular culture**. London: Arnold, 1996.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KUNSCH, Dimas Antonio. **Maus pensamentos: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

LE MOIGNE, Jean-Louis. Inteligência da complexidade. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Org.). **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Pesquisa em comunicação**. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: _____ (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Transdisciplinaridad**: notas para um mapa de susencrucijadas cognitivas y SUS conflictos culturales. Bogotá: Universidad Nacional, 2003.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michéle. **História das teorias da comunicação**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008a.

MEDINA, Cremilda; MEDINA, Sinval. Representação jornalística do maior acidente da aviação comercial brasileira: grandezas e limitações. **Líbero**, ano XI, n. 22, dez. 2008b.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

_____. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

_____. **O método 4**: as ideias: hábitat, vida, costumes, organização. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Ciência com consciência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. Por uma reforma no pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Org.). **O pensar complexo:** Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010a.

_____. **O problema epistemológico da complexidade.** 2. ed. Mem Martins: Europa-América, [1996?].

_____. **Cultura de massas no século XX:** neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Meus demônios.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

_____. **Sociologia:** a sociologia do microsocial ao macroplanetário. Mem Martins: Europa-América, [1984?].

_____. A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação). **Revista FAMECOS**, n. 20, abril 2003.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade.** São Paulo: Peirópolis, 2000.

MORIN, Violette. **Aplicação de um método de análise de imprensa:** a viagem de Khroustchev à França. São Paulo: ECA/USP, 1970. Trad. de Elizabeth P. Lopes. Mimeo. (Transcrito da revista “Communications” n. 1. Centre d’Etudes des Communications de Masse. Paris. 1960).

PAILLARD, Bernard. Sociologia do presente. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **O pensar complexo:** Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, Charles S. (Org.). **Meios de comunicação de massa.** São Paulo: Cultrix, 1970.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.1, n. 2, 2º semestre de 2004. Florianópolis: Insular, 2004. Trad. de Paulo da Rocha Dias.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

PONTES, Felipe; KARAM, Francisco José. A pertinência da categoria singularidade de Adelmo Genro Filho para os estudos teóricos em Jornalismo. **Estudos em Comunicação**, n.6, dezembro de 2009.

ROGER, Emilio. Uma antropologia complexa para entrar no século XXI: chaves de compreensão. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Org.). **O pensar complexo**: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre as ciências e as artes**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Marli. Adelmo Genro e o pensamento comunicacional brasileiro: uma releitura do jornalismo informativo. **Comunicação & Sociedade**, ano 24, n.38, 2º semestre de 2002.

SILVA, Gislene. Sobre a imaterialidade do objeto de estudo do Jornalismo. **E-compós**, Brasília, v.2, n.2, maio/ago. 2009.

SLOTEDIJK, Peter. **Mobilização copernicana e desarmamento ptolomaico**: ensaio estético. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Volume I**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel (Coord.). **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1996. (Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais)

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 6.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.